

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 198/199

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 048ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência da discussão e votação para a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 15/96, de minha autoria, apresentada na C.C.J. e emendas aprovadas na data de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Emenda apresentada na C.C.J. ao Projeto de Lei nº 15/96, subscrita por vários Senhores Deputados, seja transformada em projeto de lei, em separado.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoioamento:

Algaci Tulio, Duílio Genari, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

**EMENDA MODIFICATIVA
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/96**

Emenda que altera a redação do Artigo 153, apenas suprimindo o Parágrafo Único.

E introduzindo em seu lugar, os parágrafos primeiro a sexto, conforme segue:

Art. 153 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, além de outras previstas nas Constituição Federal e Estadual.

(omissis)

II - não ser indiciado em inquérito policial, observadas as disposições nos parágrafos deste artigo:

(omissis)

§ 1º - O membro do Ministério Público Estadual do Paraná será penal e civilmente responsável, pessoalmente, quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

§ 2º - Quando, no curso de qualquer investigação, houver indício de prática de infração penal ou civil por parte de membro do Ministério Público Estadual do Paraná, a autoridade policial, penal, civil ou militar, remeterá imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ou as peças necessárias para demonstrar o fato, ao Senhor Procurador Geral da Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração, na mesma forma adotada para apreciação de reclamações, como trata a parte final do § 3º, tudo sujeito a protocolo e transparente processamento, como referido no § 5º.

§ 3º - Qualquer pessoa, física ou jurídica, que tiver conhecimento de fatos que caracterizem a prática de infração, por parte do Membro do Ministério Público, a

quaisquer de seus deveres, bem como, de indícios da prática de infração penal ou civil, encaminhará reclamação mediante protocolo ao Sr. Procurador Geral da Justiça, o qual se obriga a responder ao reclamante ou à autoridade oficiante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, informando o resultado da sindicância.

§ 4º- Caso o Sr. Procurador Geral da Justiça silenciar, ou deliberar pelo arquivamento sumário da reclamação ou oficiamento referidos nos parágrafos anteriores, ou ainda, entender que se trata apenas e tão somente de infração de natureza administrativa a ser apurada mediante o processo referido nos artigos 163 e seguintes desta lei, o interessado poderá, responsabilizando-se, daí por diante, pessoalmente, pelas respectivas consequências, recorrer às vias comuns cabíveis, inclusive com o oferecimento de ação penal privada, nos termos do artigo 29 do Código de Processo Penal, e de responsabilização pessoal, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil.

§ 5º - Para fins de comprovação da fluência do prazo referido no § 4º, valerá o protocolo das informações ou reclamações. Da parte da Corregedoria Geral, fica esta obrigada a criar, imediatamente no início da vigência da presente lei, um cadastro informatizado, atribuindo-se a cada informação ou reclamação protocolado, o mesmo número autônomo de processamento utilizado no ato de protocolização, a fim de que as pessoas, autoridades ou entidades interessadas e detentoras dos respectivos protocolos, possam acompanhar o trâmite e obter, a todo tempo, certidões de andamento, arquivamento ou adoção de medidas ulteriores nos autos respectivos, servindo tais certidões inclusive para os fins previstos no § 4º, ressalvado o direito de se omitir, em tais certidões, os nomes dos membros do Ministério Público denunciados.

§ 6º - As autoridades, entidades e pessoas referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo, poderão ter vistas de todos os procedimentos administrativos referidos nos artigos 163 e seguintes desta lei, e, fazendo-se representar por advogado, poderão atuar naqueles que tenham dado causa como denunciante.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DUÍLIO GENARI, BETO RICHIA, SERAFINA CARILHO, DURVAL AMARAL, MOYSÉS LEÔNIDAS, ANTONIO CARLOS BELINATI, TONY GARCIA, ALGACI TULIO, CESAR SELEME E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 2786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 226/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 606/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, destaque de discussão e votação para a emenda nº 04 ao Projeto de Lei nº 606/99, que trata do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Nestes termos pedem deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO, ANTONIO ANNIBELLI, ADEMIR BIER E NEREU MOURA.

REQUERIMENTO Nº 2792

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, destaque de discussão e votação para a emenda, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, acolhida na Comissão de Constituição e Justiça e enviada a este Plenário, como anexo ao Projeto de Lei nº 606/99 (IPVA).

Nestes termos pedem deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO, ANTONIO ANNIBELLI, ADEMIR BIER E NEREU MOURA.

REQUERIMENTO Nº 2793

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, destaque de discussão e votação para as Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06 e 08, ao Projeto de Lei nº 606/99, que trata do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Nestes termos pedem deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO, ANTONIO ANNIBELLI, ADEMIR BIER E NEREU MOURA.

REQUERIMENTO Nº 2795

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que seja realizada votação nominal para O Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o IPVA.

Nestes termos pedem deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) EDGAR BUENO
ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/96, de autoria do Poder Judiciário, que estabelece a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. EMENDA DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. PARECER DA C.C.J..

EMENDA MODIFICATIVA

SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/96

Emenda que altera a redação do Artigo nº 153, apenas suprimindo o parágrafo único, e introduzindo em seu lugar, os parágrafos primeiro a sexto, conforme segue:

Art. 153 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual:

(omissis)

II - não ser indiciado em inquérito policial, observadas as disposições nos parágrafos deste artigo:

(omissis)

§ 1º - O membro do Ministério Público Estadual do Paraná será penal e civilmente responsável, pessoalmente, quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

§ 2º - Quando, no curso de qualquer investigação, houver indício de prática de infração penal ou civil por parte de membro do Ministério Público Estadual do Paraná, a autoridade policial, penal, civil ou militar, remeterá imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ou as peças necessárias para demonstrar o fato, ao Sr. Procurador Geral da Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração, na mesma forma adotada para apreciação de reclamações, como trata a parte final do parágrafo terceiro, tudo sujeito a protocolo e transparente processamento, como referido no § 5º.

§ 3º - Qualquer pessoa, física ou jurídica, que tiver conhecimento de fatos que caracterizam a prática de infração, por parte de membro do Ministério Público, de quaisquer de seus deveres, bem como, de indícios da prática de infração penal ou civil, encaminhará reclamação mediante protocolo ao Sr. Procurador Geral da Justiça, o qual se obriga a responder ao reclamante ou à autoridade oficiante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, informando o resultado da sindicância.

§ 4º - Caso o Sr. Procurador Geral da Justiça silenciar, ou deliberar pelo arquivamento sumário da reclamação ou oficiamento referidos nos parágrafos anteriores, ou ainda, entender que se trata apenas e tão somente de infração de natureza administrativa a ser apurada mediante o processo referido nos artigos 163 e seguintes desta lei, o interessado poderá, responsabilizando-se, daí por diante, pessoalmente, pelas respectivas consequências, recorrer às vias comuns cabíveis, inclusive com o oferecimento de ação penal privada, nos termos do artigo 29 do Código de Processo Penal, e de responsabilização pessoal, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil.

§ 5º - Para fins de comprovação da fluência do prazo referido no parágrafo quarto, valerá o protocolado das informações ou reclamações. Da parte da Corregedoria Geral, fica esta obrigada a criar, imediatamente no início de vigência da presente lei, um cadastro informatizado, atribuindo-se a cada informação ou reclamação protocolado, o mesmo número autônomo de processamento utilizado no ato de protocolização, a fim de que as pessoas, autoridades ou entidades interessadas e detentoras dos respectivos protocolos, possam acompanhar o trâmite e obter, a todo tempo, certidões de andamento,

arquivamento ou adoção de medidas ulteriores nos autos respectivos, servindo tais certidões inclusive para os fins previstos no § 4º, ressalvado o direito de se omitir, em tais certidões, os nomes dos membros do Ministério Público denunciados.

§ 6º - As autoridades, entidades e pessoas referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo, poderão ter vistas de todos os procedimentos administrativos referidos nos artigos 163 e seguintes desta lei, e, fazendo-se representar por advogado, poderão atuar naqueles que tenham dado causa como denunciantes.

Sala das Sessões, em 06.12.99.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DUÍLIO GENARI, BETO RICHIA, SERAFINA CARILHO, MOYSÉS LEÔNIDAS, DURVAL AMARAL, ANTONIO CARLOS BELINATI, ALGACI TULIO E PASTOR EDSON PRACZYK.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 15/96

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 15/96, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público, enviado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo Exmo. Sr. Procurador Geral do Ministério Público, que foi aprovado em primeira discussão, na forma do Substitutivo oferecido pelo então Deputado Eduardo Trevisan.

Aberto o prazo para emendas em Plenário, foram apresentadas três, sendo duas (números um e dois) do Deputado Nelson Garcia e a outra (número três), do Deputado Hermas Brandão.

Procedidos os exames necessários e acurados da matéria, este Presidente-Relator houve por bem acatar a emenda substitutiva geral nº três, de autoria do Deputado Hermas Brandão, adequando-a, entretanto, às normas constitucionais e ao ordenamento jurídico em vigor e, em decorrência disto, introduzindo as modificações que seguem, com os fundamentos que as justificam.

Alterações introduzidas

Art. 3º - ...

V - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

Redação conforme a Lei Federal nº 8.625/93, mais própria e definidora destas atribuições.

IX - criar e adotar metas, planos, programas, sistemas e prioridades compatíveis com suas funções, autonomia e finalidade.

Retirado o vocábulo “fundos” porque a criação destes depende de lei específica, com alocação de recursos e destinação certa, cuja competência é exclusiva do Governador do Estado, porque gera despesa.

X - ...

O inciso X foi excluído do projeto, vez que os recursos do Ministério Público advém, face à lei, exclusivamente, do Tesouro Estadual.

Art. 4º - ...

...

§ 2º - ...

Excluído o § 2º, porque inexistem, perante a lei, recursos que não sejam originários do Tesouro.

Art. 19 - ...

...

III - ...

Excluído o inciso III porque o texto impõe à Assembléia Legislativa ato não previsto em seu Regimento Interno, sendo prerrogativa do Poder Legislativo a alteração deste, para a realização de sessão especial ali pretendida.

...

XXI - expedir instruções, resoluções e atos disciplinando as atividades administrativas dos membros do Ministério Público;

...

Alterada a redação deste inciso, para incluir o vocábulo: “administrativas”, com o objetivo de preservar a independência funcional e liberdade de expressão.

...

XXXI - Conceder ajuda de custo e diárias, nos termos do art. 146, incisos I e II desta lei;

Acrescido à redação, deste inciso, o vocábulo “diárias” e a referência ao inciso “II”, porquanto o § 1º do art. 146, impõe ao Procurador-Geral de Justiça o arbitramento das vantagens denominadas ajuda de custo e diárias.

Art. 36 - ...

...

§ 2º - Das anotações desabonadoras ou que importem em demérito, lançadas no assentamento funcional, dar-se-á imediata ciência ao interessado.

Alterada a redação deste parágrafo, objetivando adequá-la à praticidade e à legalidade, evitando-se que o interessado, intencionalmente, deixe de tomar conhecimento das anotações, frustrando-as.

...

Art. 58 - ...

...

VII - sugerir ao Poder competente, por escrito, a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e controle da criminalidade e melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

Fundidos os textos deste inciso VII com o IX do artigo 58 para aprimoramento da técnica de redação.

...

IX - ...

O inciso IX foi suprimido, conforme a fundamentação do inciso VII, acima.

X - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do Juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção, na forma da lei;

Alterado o texto deste inciso X para adequá-lo ao princípio da legalidade.

Art. 65 - ...

...

IV - ...

Excluído o inciso VI porque o XII nele mencionado, refere-se ao projeto original que, no Substitutivo, ora em análise, foi retirado do texto, eis que se tratava de atribuição junto ao Tribunal de Contas.

Art. 67 - ...

...

§ 2º - Aos Promotores de Justiça Substitutos de Segundo Grau incumbe substituir os Procuradores de Justiça em seus afastamentos, impedimentos, licenças e férias, com as atribuições conferidas a estes no artigo 65, incisos I, II, III, VII, VIII, IX e X, podendo, em virtude do acúmulo de serviço, concorrer à regular distribuição, bem como ser convocado para officiar em processos certos.

Alterada a redação deste § 2º para retirar a referência ao inciso IV do artigo 65, porquanto este inciso foi suprimido.

Art. 68 - ...

I - ...

...

4 - intervir em questões fundiárias e nas ações possessórias, urbanas ou rurais, que digam respeito a imóvel ocupado por significativo número de famílias ou pessoas, nos termos da lei;

Adequada a redação do item 4, ao princípio da legalidade.

...

8 - ...

Excluído este dispositivo, eis que inexiste no *caput* do artigo 68 quaisquer referências a órgãos ou entidades.

II - ...

1 - ...

d) as ações de alimentos, quando a legislação própria lhe autorizar;

Redação do teor desta letra d) adequada ao princípio da legalidade.

IX - ...

1 - ...

j) nas ações de alimentos, ou promovê-las quando a legislação própria lhe autorizar.

Redação desta letra j) adequada ao princípio de legalidade.

2 - promover a ação própria, quando ocorrer ou houver necessidade.

Modificada a redação do item 2, porque o Promotor de Justiça não promove a nulidade de casamento ou nomeação de curadores, mas sim, promove as ações competentes para tanto.

f) a execução contra o inventariante ou testamentário que não pagar, no prazo legal, o alcance verificado em suas contas, quando houver interesse de menor, incapaz ou ausente;

...

i) a remoção de inventariante e testamentário e exigir-lhes prestação de contas quando houver interesse de menor, incapaz ou ausente;

Adequada a redação das letras “f” e “i” às atribuições legais dos Promotores de Justiça, ante a legislação federal.

XIII - ...

4 - ...

Sugerir alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito, bem como a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes.

Alterado o texto deste item 4, para adequá-lo à legitimidade da iniciativa de proposição de modificações legislativas, que é de competência prevista em lei. Também houve fusão com o dispositivo constante do item número 9, em prol de melhor técnica de redação.

5 - ...

Excluído do texto o item nº 5, porquanto não é atribuição específica e própria do Promotor de Justiça a ação nele prevista, assim como inexiste previsão na legislação federal.

...

9 - ...

Excluído o item nº 9, do projeto porque fundido ao item nº 4.

XIV - ...

4 - Sugerir alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito, bem como a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes.

Alterado o texto deste item 4, para adequá-lo à legitimidade da iniciativa de proposição de modificações legislativas que é de competência prevista em lei. Também houve fusão com o item 9, pela melhor técnica redacional.

5 - ...

Excluído este dispositivo do projeto, vez que não é atribuição específica e própria do Promotor de Justiça, a ação nele prevista, bem como inexiste previsão na legislação federal.

...

9 - ...

Excluído do projeto, porque seu texto foi fundido com o do item nº 4.

§ 2º - Para os fins previstos no inciso IV, V, VI e XIII, este artigo, incumbirá ao Promotor de Justiça, na sua respectiva área de atuação, as atribuições previstas no art. 58, inciso I a IX.

Redação deste § 2º com a correção decorrente de modificações introduzidas no artigo 58 que passa a ter somente nove incisos.

Art. 76 - ...

§ 1º - ...

...

II - ...

Excluído este inciso II do projeto, porque não é atribuição específica e própria de membro do Ministério Público, esta ação, inexistindo previsão na legislação federal.

...

Art. 84 - O estudante de direito dos três últimos anos do curso, ou semestres equivalentes e o bacharel recém-formado, poderão ser designados pelo Procurador Geral de Justiça, após habilitação em teste de seleção, para exercer encargos de auxiliares dos órgãos do Ministério Público.

§ 1º - O candidato instruirá requerimento com atestado de matrícula no curso jurídico, ou diploma de bacharel em Direito.

Alteradas as redações do artigo e de seu § 1º, para possibilitar o ingresso universal ao estágio, baseado sempre no princípio da igualdade de direitos mesmo porque o parágrafo terceiro deste artigo outorga direitos em eventuais concurso públicos futuros, impondo que se dê igual oportunidade a todos estudantes e bacharel em direito pretendentes à função estagiária.

...

Art. 88 - ...

Parágrafo Único - ...

Excluído do texto o parágrafo único porque as Constituições Federal e Estadual, assim como a Lei nº 8.625/93 não contemplam este pré-requisito, com imposição obrigatória.

Art. 95 - ...

Art. 96 - ...

Art. 97 - ...

Art. 98 - ...

Art. 99 - ...

Os artigos 95 inclusive, a 99, inclusive, foram excluídos do texto, em consequência da retirada do parágrafo único, do artigo 88 e, mais ainda, porque, criando despesas ao erário, afronta ao erário, afronta o artigo 68, inciso II da Constituição Estadual (artigo 97) e

bem assim, invade a competência privativa do Poder Executivo, no que se refere ao regime de trabalho de seus funcionários (artigo 99), como dispõe o artigo 66, incisos I e II da mencionada Constituição.

...

Art. 103 - ...

...

§ 6º - ...

§ 7º - ...

Excluídos do projeto os textos dos §§ 6º e 7º, porque colidem com a competência privativa do Governador do Estado, em matéria de funcionário público, afrontando o artigo 66, incisos I e II da Constituição Estadual.

Art. 135 - Os membros do Ministério Público terão direito a férias, cujo gozo, salvo necessidade de serviço, deverá coincidir com as férias coletivas dos magistrados.

Modificada a redação do art. 135 para, nele inserir a expressão “férias coletivas”, adequando-a à melhor terminologia técnica.

...

Art. 139 - ...

IX - ...

Excluído do texto o inciso IX, uma vez que a licença nele referida não está prevista na Lei nº 8.625/93.

...

Art. 142 - ...

§ 1º - Para os efeitos do previsto no *caput* deste artigo, não se considerará interrupção de serviço:

Alterada a redação do § 1º, porque o *caput* do artigo não menciona qualquer subsídio.

Art. 145 - O subsídio dos membros do Ministério Público será fixado com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância ou categoria.

Adequada a redação face a proibição de vinculação de subsídio entre categorias funcionais.

Art. 146 - ...

...

V - ...

O texto do inciso V foi excluído do projeto, uma vez que o décimo terceiro salário já está previsto no artigo 34, inciso IV da Constituição Estadual, e é uma vantagem de caráter geral atribuída ao funcionalismo civil do Estado, assegurada, neste projeto, no seu artigo 148.

...

Art. 151 - ...

§ 1º - O tempo de serviço prestado em atividade privada será computado para o efeito de aposentadoria, na forma do artigo 201, § 9º da Constituição Federal.

Alterado o texto do § 1º para adequá-lo às mudanças constitucionais supervenientes à data do projeto em análise.

§ 2º - ...

Excluído o parágrafo 2º do texto por força do advento do parágrafo 10º do artigo 40 da Constituição Federal, que, hoje, veda que a lei estabeleça "... qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício".

Art. 158 - ...

I - receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado a membros do Poder Judiciário.

Os membros do Ministério Público, na forma como está no presente projeto, não atuam perante o Tribunal de Contas.

XVI - estacionar veículo automotor em áreas destinadas a órgãos do Poder Público, quando em serviço, desde que apresente carteira de identidade funcional.

Adequada a redação para esclarecer que a permissão ocorre exclusivamente quando o membro do Ministério Público está em serviço.

Art. 173 - ...

...

II - Em dois anos a falta punível com suspensão;

III - Em quatro anos a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

...

Art. 174 - ...

Parágrafo único - Interrompem a prescrição a instauração do processo administrativo e a citação para a ação de perda do cargo.

Modificados os textos dos incisos II e III do art. 173 e incluído parágrafo único no artigo 174, para adequá-los ao disposto na legislação federal.

Art. 191 - ...

...

III - da decisão do Conselho Superior do Ministério Público sobre disponibilidade ou remoção de membro do Ministério Público, fundada em interesse público, prevista no inciso VIII do artigo 32, desta lei.

Modificada a redação deste inciso, eis que o inciso VIII do artigo 32 não menciona o vocábulo "aposentadoria", que é ora retirado do texto.

...

Art. 203 - ...

Excluído este artigo 203 do projeto porque é repetição do artigo 161, inciso VI.

...

Art. 207 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações do orçamento do Ministério Público.

Corrigido o texto deste artigo, sanando o equívoco nele contido, desde que o Ministério Público tem orçamento próprio.

...

O relator, substitui o vocábulo "subsídios" pela forma singular, ou seja "subsídio", em todos os dispositivos, para adequar os textos à Constituição Federal.

...

Este Relator acatou, também, a idéia central das emendas ofertadas pelo Deputado Nelson Garcia, que se encontram inseridas no substitutivo geral.

Foi acatada, ainda, sugestão do Nobre Deputado Hermes da Fonseca, excluindo o § 2º, do art. 58, em virtude de dúvida quanto a sua constitucionalidade, que está sendo discutida no Poder Judiciário.

Conclusão

Isto posto, chamada esta Comissão a opinar, conforme lhe outorga o artigo 33, § 2º, inciso 6º do Regimento Interno, este Relator manifesta-se parcialmente favorável à aprovação da Emenda Substitutiva em tela, na forma do Substitutivo Geral que se encontra anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

Apoiamento:

Duflío Genari, Cesar Seleme, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk, duas assinaturas ilegíveis.

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 015/96

Estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Capítulo I

Da Definição, dos Princípios e das Funções Institucionais

Art. 1º - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo Único - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º - Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, incumbe, ainda ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei;

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade pública do Estado e do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;

VII - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

IX - interpor recursos, inclusive ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre situação funcional, administrativa e financeira do pessoal ativo e inativo, dos quadros próprios da carreira e dos serviços auxiliares;

III - organizar secretarias e serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;

IV - exercer o controle administrativo e financeiro das folhas de pagamentos, da elaboração à quitação, bem como expedir os respectivos demonstrativos;

V - prover cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VI - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção de seus cargos, de fixação e reajuste do subsídio dos seus membros e vantagens correspondentes;

VII - exercer a iniciativa de leis de criação, transformação e extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, e de fixação e reajuste dos respectivos vencimentos e vantagens;

VIII - compor os seus órgãos de administração e de execução;

IX - elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

X - elaborar as proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias;

XI - elaborar e aprovar seus regimentos internos;

XII - dispor sobre a competência dos seus órgãos e atribuições de seus agentes;

XIII - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

XIV - exercer outras funções e competências inerentes à sua autonomia e finalidades.

§ 1º - As decisões fundadas na autonomia administrativa, financeira e funcional do Ministério Público tem eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

§ 2º - Os órgãos do Ministério Público tem asseguradas instalações privativas e independentes nos edifícios das sedes administrativas ou nos Fóruns, em igualdade de condições com as destinadas aos Magistrados, salvo peculiaridades inerentes às atividades ministeriais.

Art. 4º - O Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo;

§ 1º - Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa;

§ 2º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, nos termos do art. 75, inciso II, da Constituição do Estado e pelo controle interno estabelecido nesta lei.

§ 3º - A não observância do disposto na parte final do *caput*, deste artigo, configura ato atentatório ao livre exercício do Ministério Público, para todos os fins.

Art. 5º - A proposta orçamentária do Ministério Público contemplará:

I - as despesas de custeio administrativo e operacional, inclusive com o pessoal e encargos sociais;

II - as despesas de capital, respeitados os limites de disponibilidade de recursos;

III - dotações para atender despesas com a criação de cargo e funções decorrentes, estritamente, de programas e ações derivadas diretamente de suas atribuições;

IV - dotação para atender despesas com atividades de correição;

V - diretrizes, objetivos, metas, planos, programas, sistemas, quadros e prioridades do exercício financeiro correspondente ou de duração continuada.

Capítulo II

Da Organização do Ministério Público

Seção I

Dos Órgãos de Administração

Art. 6º - São órgãos do Ministério Público:

I - Da Administração Superior:

- a) a Procuradoria Geral de Justiça;
- b) o Colégio de Procuradores de Justiça;
- c) o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de

Justiça;

- d) Conselho Superior do Ministério Público;
- e) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

II - De Administração:

- a) as Procuradorias de Justiça;
- b) as Promotorias de Justiça.

Seção II

Dos Órgãos de Execução

Art. 7º - São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - os Sub-Procuradores-Gerais de Justiça;
- III - o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV - os Procuradores de Justiça;
- V - os Promotores de Justiça.

Seção III

Dos Órgãos Auxiliares

Art. 8º - São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- I - a Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça;
- II - a Coordenadoria de Recursos;
- III - os Centros de Apoio Operacional;
- IV - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- V - a Comissão de Concurso;
- VI - os Órgãos de Apoio Administrativo;
- VII - os Estagiários.

Capítulo III

Dos Órgãos de Administração

Seção I

Da Procuradoria-Geral de Justiça

Art. 9º - O Procurador-Geral de Justiça exerce a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente.

Art. 10 - O Procurador-Geral de Justiça será escolhido pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

§ 1º - A nomeação será precedida de aprovação pela Assembléia Legislativa.

§ 2º - Concorrerão à formação da lista os membros do Ministério Público vitalícios que, estando em atividade, voluntária e previamente se inscreverem como candidatos.

§ 3º - Para concorrer, o Procurador-Geral de Justiça, os Sub-Procuradores Gerais de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Sub-Corregedor e o Adjunto, os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, o Chefe de Gabinete e o Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça, os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e da Coordenadoria de Recursos, e o Presidente da Associação de Classe, deverão afastar-se das respectivas funções trinta dias da data fixada para a eleição.

§ 4º - A lista tríplice será constituída mediante eleição de que participem, com voto direto, plurinominal e secreto, os integrantes da carreira do Ministério Público.

§ 5º - A eleição para formação de lista tríplice, regulamentada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, será realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no décimo quinto dia útil do mês de fevereiro do ano do término do mandato do Procurador-Geral, iniciando-se a votação às nove horas e encerrando-se às dezessete horas.

§ 6º - O Procurador-Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício em sessão pública e solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no mesmo dia em que se extinguir o mandato do antecessor.

§ 7º - Os membros do Ministério Público em exercício nas comarcas do interior votarão por via postal.

§ 8º - Não será admitido o voto por procuração.

Art. 11 - O processo eleitoral de formação da lista tríplice, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado da votação, será conduzido por uma comissão de três membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça, excluídos os que estiveram concorrendo a eleição, presidida pelo mais antigo cargo.

Art. 12 - A inscrição dos candidatos deverá ser feita pessoalmente até o décimo quinto dia anterior à data da eleição e a homologação das candidaturas divulgada no dia útil imediato.

Art. 13 - O material eleitoral destinado a votação compreenderá cédulas contendo a relação dos candidatos, por ordem de sorteio, havendo ao lado de cada nome

local apropriado para que o eleitor assinale os candidatos de sua preferência.

§ 1º - As cédulas serão rubricadas pelo menos por um dos membros que compõem a Comissão Eleitoral.

§ 2º - A Comissão Eleitoral requisitará pessoal e todo o material necessário para o bom andamento das eleições.

Art. 14 - Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral procederá a apuração dos sufrágios, resolverá os incidentes e proclamará o resultado, com a lavratura de ata circunstanciada, dissolvendo-se após a entrega ou remessa, até o dia útil seguinte, da lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 15 - Serão incluídos na lista tríplice, em ordem decrescente, os três candidatos mais votados. Em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato mais antigo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná e o mais idoso.

Art. 16 - O Procurador-Geral de Justiça encaminhará a lista tríplice, até o dia útil seguinte ao que a receber, ao Governador do Estado, que em quinze dias exercerá o seu direito de escolha sobre qualquer dos nomes dela constantes, submetendo-o à aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 1º - Se o Governador não exercer o direito de escolha no prazo previsto no caput deste artigo, será automaticamente investido no cargo o mais votado integrante da lista tríplice. Em caso de empate, observar-se-á a regra do artigo 15.

§ 2º - Após a aprovação da Assembleia Legislativa, que se dará no prazo de quinze dias, o Governador efetivará a respectiva nomeação, em cinco dias.

§ 3º - Se a Assembleia Legislativa não se manifestar no prazo do parágrafo anterior, considerar-se-á aprovada a indicação: se desaprovar o nome indicado, será investido automaticamente no cargo o mais votado, e se for este o não aprovado, aquele que se seguir na ordem decrescente de votos.

Art. 17 - É inelegível e não poderá integrar a lista tríplice o membro do Ministério Público:

I - que não se encontre no exercício de suas funções até doze meses antes da data da eleição;

II - que, por falta disciplinar, cometida nos últimos cinco anos, tiver sofrido pena de suspensão;

III - que responda a processo administrativo por falta disciplinar suscetível de acarretar perda do cargo;

IV - que tenha sido condenado ou responda a processo por crime doloso;

V - que, nos últimos cinco anos, tenha sido removido por interesse público;

Art. 18 - O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do mandato por deliberação da maioria abso-

luta dos membros da Assembleia Legislativa, mediante iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder, grave omissão nos deveres do cargo, prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, assegurada ampla defesa.

§ 1º - A iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça dependerá de proposta da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - A proposta de destituição será protocolada e encaminhada ao Corregedor-Geral do Ministério Público que, no prazo de quarenta e oito horas, dela cientificará pessoalmente o Procurador-Geral de Justiça, fazendo-lhe entrega da segunda via da proposta, mediante recibo.

§ 3º - No prazo de dez dias o Procurador-Geral de Justiça poderá oferecer defesa escrita e requerer produção de provas: findo este prazo, com a defesa ou sem ela, o Corregedor-Geral designará data para a sessão de instrução e deliberação, para um dos dez dias seguintes.

§ 4º - A sessão será presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo, facultando-se ao Procurador-Geral de Justiça, concluída a instrução, sustentação oral por trinta minutos, deliberando, após, o Colégio de Procuradores sobre a proposta de destituição, em escrutínio secreto, não tendo o presidente direito a voto.

§ 5º - A decisão final, para concluir pela destituição, deverá contar com dois terços dos votos do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 6º - Acolhida a proposta de destituição, o presidente da sessão, em quarenta e oito horas encaminhará os autos à Assembleia Legislativa, que decidirá em trinta dias; vencido esse prazo sem decisão, o processo será arquivado.

§ 7º - O processo de destituição na Assembleia Legislativa será regulamentado pelo respectivo Regimento Interno.

Art. 19 - Compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I - representar e dirigir o Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça;

II - encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

III - apresentar, até trinta dias após a posse, o Plano Bianual de atividades do Ministério Público e dar publicidade das prioridades institucionais;

IV - exercer as atribuições que lhe forem delegadas, nos termos do artigo 87, parágrafo único, da Constituição do Estado;

V - integrar, como membro nato, presidir e convocar o Colégio de Procuradores de Justiça, o Órgão Especial e o Conselho Superior do Ministério Público;

VI - elaborar e submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de orçamento anual, fixação de subsídio, criação e extinção de cargos do Ministério Público e serviços auxiliares;

VII - nomear, no prazo de cinco dias, o Corregedor-Geral do Ministério Público eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça;

VIII - delegar a membro do Ministério Público suas atribuições;

IX - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à execução orçamentária do Ministério Público;

X - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, e editar atos de remoção, permuta, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

XI - tomar compromisso e dar posse aos membros do Ministério Público;

XII - escolher e nomear, dentre os Procuradores de Justiça, os Subprocuradores-Gerais para Assuntos Jurídicos e para Assuntos Administrativos;

XIII - editar atos de aposentadoria, demissão, exoneração, disponibilidade e outros que importem em vacância de cargos da carreira e dos serviços auxiliares;

XIV - designar membro do Ministério Público para:

a) exercer as atribuições de dirigente, coordenador ou integrante de centros de apoio operacional e outros serviços especiais ou órgãos auxiliares;

b) ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior do Ministério Público;

c) integrar organismos estatais afetos à sua área de atuação;

d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem assim de quaisquer peças de informações;

e) acompanhar inquérito policial, civil ou militar, ou qualquer outra forma de diligência investigatória, requisitando o que julgar conveniente, devendo recair a escolha sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, oficiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviço;

f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com o consentimento deste;

g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da Instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;

h) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeiro grau;

i) atuar junto à Justiça Federal, nos casos previstos em lei, nas comarcas do interior, se solicitado pelo Procurador-Geral da República ou pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado.

XV - conhecer das suspeições e impedimentos dos Promotores de Justiça;

XVI - distribuir, ouvida a Corregedoria-Geral, os encargos dos membros do Ministério Público nas comarcas com mais de um Promotor de Justiça, tendo em vista o interesse do serviço, ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo 51;

XVII - designar, nas comarcas com mais de uma Promotoria de Justiça, e onde não houver Promotoria específica, membro do Ministério Público ao qual incumbirá a proteção e defesa:

a) dos direitos constitucionais;

b) da criança e do adolescente, das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos;

c) do meio ambiente;

d) dos direitos do consumidor;

e) do patrimônio público;

f) da segurança e saúde do trabalhador, inclusive dos direitos das vítimas de acidente do trabalho;

g) dos direitos decorrentes da responsabilidade civil *ex delicto*;

h) dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado;

i) da saúde pública;

j) das fundações.

XVIII - distribuir os serviços de fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem crianças e adolescentes, idosos, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, supervisionando sua assistência;

XIX - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;

XX - expedir instruções, resoluções e atos disciplinando as atividades administrativas dos membros do Ministério Público;

XXI - expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XXII - criar grupos especializados no primeiro e no segundo grau, e designar seus membros;

XXIII - autorizar membro do Ministério Público a afastar-se do Estado em serviço;

XXIV - determinar a abertura de concurso para o ingresso na carreira do Ministério Público;

XXV - organizar e promover curso oficial de preparação para o Ministério Público, bem como realizar ciclos de estudos objetivando o aperfeiçoamento dos membros da Instituição;

XXVI - designar e dispensar estagiários do Ministério Público;

XXVII - organizar as escalas de férias e de substituição, elaboradas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça, ouvido, no primeiro caso, o Conselho Superior do Ministério Público;

XXVIII - conceder licenças, férias e autorização para o afastamento de membros do Ministério Público e servidores da sua administração;

XXIX - conceder gratificação adicional, salário-família, diária e demais vantagens pecuniárias aos membros do Ministério Público e servidores da sua administração;

XXX - conceder ajuda de custo e diárias, nos termos do art. 146, incisos I e II, desta lei;

XXXI - conceder contagem de tempo de serviço, nos termos da lei;

XXXII - fazer publicar, semestralmente, até trinta de janeiro e até trinta de agosto, o quadro geral de antiguidade dos membros do Ministério Público;

XXXIII - representar pela instauração de processo disciplinar;

XXXIV - afastar o indiciado, durante o processo disciplinar, do exercício do cargo, sem prejuízo de seu subsídio e vantagens;

XXXV - designar Promotor de Justiça para secretariar o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão Eleitoral a que se refere o art. 11 desta lei, ouvido previamente o respectivo órgão;

XXXVI - decidir processo disciplinar contra servidor de sua administração, aplicando as sanções cabíveis;

XXXVII - decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XXXVIII - representar sobre falta disciplinar ou incontinência de conduta de autoridade judiciária ou servidor da Justiça;

XXXIX - comunicar ao Procurador-Geral da República a ocorrência de crime comum ou de responsabilidade, quando a este couber a iniciativa da ação penal;

XL - elaborar e submeter ao Colégio de Procuradores plano anual de atuação do Ministério Público, contendo as diretrizes, objetivos gerais e metas prioritárias;

XLI - encaminhar ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 104, II e 94, da Constituição Federal, e 95, da Constituição Estadual;

XLII - expedir carteira funcional dos membros do Ministério Público;

XLIII - dar publicidade, através de publicação de edital ou correspondência registrada, das decisões de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação, nos casos de sua atribuição originária, para que os legítimos interessados possam, no prazo de quinze dias, provocar a revisão da decisão pelo Colégio de Procuradores;

XLIV - exercer as demais atribuições compatíveis e necessárias ao desempenho do cargo.

Art. 20 - O Procurador-Geral de Justiça será substituído nos casos de afastamento, impedimento e suspeição, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e, na falta deste, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Parágrafo Único - As funções de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos serão exercidas por Procuradores de Justiça escolhidos livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, exercendo suas funções por delegação.

Art. 21 - Ocorrendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça no último semestre do mandato, completá-lo-á o Procurador de Justiça mais antigo no cargo.

Parágrafo Único - Ocorrendo vacância no período que antecede aquele mencionado no *caput* deste artigo, para completar o mandato será realizada nova eleição na forma do artigo 10 e seguintes desta lei.

Art. 22 - O gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cuja composição e funcionamento será definida no Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, terá pelo menos:

I - quatro Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de pesquisa e assessoramento processual;

II - quatro Promotores de Justiça da mais elevada entrância, designados para o serviço de planejamento, elaboração legislativa e acompanhamento do respectivo processo, e supervisão da elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público.

Seção II

Do Colégio de Procuradores de Justiça

Art. 23 - O Colégio de Procuradores compõe-se pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, e por todos os Procuradores de Justiça em exercício, competindo-lhe:

I - opinar, por solicitação do Procurador Geral de Justiça, ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional;

II - dar posse e exercício ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Órgão Especial, do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

III - propor ao Procurador-Geral de Justiça, por um terço de seus membros, a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações nesta lei e providências relacionadas ao desempenho das funções do Ministério Público;

IV - aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público e projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

V - propor à Assembléia Legislativa a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, grave omissão nos deveres do cargo, ou prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, assegurada ampla defesa;

VI - eleger, em votação secreta e uninominal, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os integrantes do Órgão Especial;

VII - destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, em caso de abuso de poder, grave omissão nos deveres do

cargo, ou prática de ato de incontinência pública ou incompatível com as suas atribuições, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou da maioria absoluta de seus integrantes, assegurada ampla defesa;

VIII - deliberar sobre as atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

IX - recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público, por iniciativa de um terço de seus membros, a instauração de procedimento disciplinar contra membro do Ministério Público;

X - rever, mediante requerimento de legítimo interessado e nos termos do Regimento Interno, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, homologando a promoção de arquivamento ou designando, desde logo, outro agente do Ministério Público para o ajuizamento da ação;

XI - julgar recurso contra decisão:

a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, em trinta dias;

b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar, salvo nos casos de sua competência originária;

c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;

d) de disponibilidade e remoção de membros do Ministério Público, por motivo de interesse público;

e) de recusa prevista no § 2º, do artigo 32 desta lei;

XII - decidir processo administrativo instaurado contra Procurador de Justiça;

XIII - decidir, no prazo de trinta dias, sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;

XIV - deliberar, por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos nesta lei;

XV - supervisionar os serviços institucionais e administrativos;

XVI - elaborar seu Regimento Interno e aprovar o da Procuradoria-Geral de Justiça;

XVII - desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei;

§ 1º - As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes;

§ 2º - Presidirá o Colégio de Procuradores, nos casos de impedimento e suspeição do Procurador-Geral de Justiça, o Procurador de Justiça mais antigo.

Art. 24 - O regimento interno do Colégio de Procuradores de Justiça disciplinará:

I - o processo de destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público;

II - o processo de julgamento dos recursos interpostos por membro do Ministério Público punido com sanção administrativa;

III - o processo de julgamento dos recursos administrativos e de revisão de competência específica;

IV - o processo de eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, observadas as formalidades seguintes:

a) publicação das instruções na imprensa oficial e comunicação direta aos Procuradores e, sendo o caso, aos Promotores de Justiça;

b) voto pessoal, direto, secreto e obrigatório;

c) apuração em sessão pública, em seguida ao encerramento da votação;

d) proclamação dos eleitos logo em seguida à apuração;

V - a eleição dos membros e o funcionamento do Órgão Especial.

Art. 25 - O Colégio de Procuradores de Justiça, salvo as exceções previstas nesta lei, deliberará pela maioria de seus integrantes, presente a maioria absoluta, cabendo ao presidente também o voto de desempate.

Parágrafo Único - As decisões a que se referem os incisos V e VII, do artigo 23 desta lei, serão tomadas em votação secreta.

Art. 26 - O Colégio de Procuradores de Justiça reunir-se-á por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de um terço de seus membros.

§ 1º - A convocação far-se-á pessoalmente e por escrito, com nota de ciência.

§ 2º - É obrigatório o comparecimento dos Procuradores de Justiça às reuniões, das quais se lavrará ata: a ausência não justificada importará na perda da remuneração correspondente ao dia da reunião.

Art. 27 - As atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça serão exercidas por Órgão Especial, integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público como membros natos, e por mais trinta membros, metade constituída pelos Procuradores de Justiça mais antigos e a outra metade eleita, em votação secreta, com mandato de um ano, inadmitida a recusa imotivada do encargo.

§ 1º - Os que se seguirem na ordem de votação serão considerados suplentes dos eleitos, substituindo-os em caso de impedimento e sucedendo-os na vaga.

§ 2º - As decisões do Órgão Especial observarão o disposto no § 1º, do artigo 23.

§ 3º - A ausência injustificada a mais de duas reuniões consecutivas ou três alternadas constitui falta funcional e acarretará a exclusão do integrante do Órgão Especial.

§ 4º - Durante as férias ou licenças, é facultado ao membro titular do Órgão Especial nele exercer suas atribuições, mediante prévia comunicação ao Presidente.

§ 5º - O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses previstas no artigo 23, incisos I, II, III, IV, V, VI,

VII e XVI, desta lei, bem assim àqueles em que a lei exija deliberação por todos os membros do Colégio.

§ 6º - É inelegível o Procurador de Justiça que tenha integrado uma vez o Órgão Especial, até que todos os demais venham a ser nele investidos.

§ 7º - É inelegível o Procurador de Justiça integrante do Conselho Superior do Ministério Público.

Seção III

Do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 28 - O Conselho Superior do Ministério Público, incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por mais sete Procuradores de Justiça não afastados da carreira, eleitos anualmente.

§ 1º - Os conselheiros serão eleitos pelo voto direto de todos os membros da Instituição.

§ 2º - As eleições, regulamentadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, serão realizadas em agosto, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º - Em caso de empate será considerado eleito, sucessivamente, o mais antigo no cargo, o mais antigo na carreira ou o mais idoso.

§ 4º - Os que se seguirem, na ordem das respectivas votações, serão considerados suplentes dos eleitos, substituindo-os em caso de impedimento, ou sucedendo-os, no de vaga, sendo vedada a reeleição para mandatos sucessivos.

§ 5º - É vedada a reeleição imediata.

Art. 29 - O processo eleitoral será dirigido por comissão composta de dois Procuradores de Justiça, um Promotor de Justiça e presidida pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão Eleitoral serão indicados pelo seu presidente.

Art. 30 - É inelegível o Procurador de Justiça:

a) que renunciar à elegibilidade até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação das instruções da eleição;

b) que esteja cumprindo sanção disciplinar ou penal;

c) que esteja no exercício de cargo ou função não privativa de membro do Ministério Público;

d) que tenha exercido a função de Corregedor-Geral no ano da eleição.

Art. 31 - O Conselho Superior do Ministério Público deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão adotadas por maioria dos presentes, cabendo ao seu Presidente, além do voto singelo, o de qualidade, para desempate.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas e publicadas por extrato, no prazo de quinze dias, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou de matéria considerada sigilosa por deliberação da maioria de seus integrantes.

Art. 32 - Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

I - constituir a lista tríplice dos candidatos a remoção ou promoção por merecimento;

II - eleger, na forma desta Lei, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso para ingresso na carreira;

III - indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;

IV - aprovar os pedidos de remoção, opção, permuta, readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento de membros do Ministério Público;

V - deliberar, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o vitaliciamento ou não de membro do Ministério Público;

VI - determinar a verificação de incapacidade física, mental ou moral de membro do Ministério Público;

VII - deliberar sobre a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informações, nos casos previstos em lei;

VIII - deliberar, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, sobre a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, fundada em motivo de interesse público, assegurada ampla defesa;

IX - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas;

X - recomendar a realização de correções extraordinárias, gerais ou parciais, para a verificação de eventuais irregularidades nos serviços das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

XI - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e adoção das medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

XII - organizar lista para o provimento de cargo inicial da carreira, observada a ordem de classificação;

XIII - elaborar o seu Regimento Interno e aprovar o da Corregedoria Geral do Ministério Público;

XIV - sugerir ao Procurador-Geral de Justiça o afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo do subsídio e vantagens, de membro do Ministério Público indicado em processo disciplinar;

XV - solicitar informações ao Corregedor-Geral sobre a conduta e atuação funcional dos membros do Ministério Público e sugerir a realização de correções e visitas de inspeção para a verificação de eventuais irregularidades nos seus serviços;

XVI - opinar sobre assuntos de interesse do Ministério Público, quando solicitado seu pronunciamento pelo Procurador Geral de Justiça;

XVII - elaborar, mediante voto uninominal, lista sêxtupla de indicação de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira e menos de sessenta e cinco anos de idade, organizada para o efeito da composição dos Tribunais;

XVIII - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no país ou no exterior;

XIX - autorizar o afastamento de Procurador ou Promotor de Justiça para o exercício de cargo ou função não privativa de membro do Ministério Público;

XX - propor ao Procurador-Geral de Justiça a abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira;

XXI - indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;

XXII - decidir, com a presença mínima de dois terços de seus membros, sobre a permanência no estágio probatório, de membro do Ministério Público, e sobre o seu vitaliciamento, propondo sua exoneração quando entender que não foram preenchidos os requisitos do estágio.

§ 1º - A remoção e a promoção voluntária por antigüidade e por merecimento, bem como a convocação, dependerão de prévia manifestação escrita do interessado.

§ 2º - Na indicação por antigüidade, o Conselho Superior somente pelo voto de dois terços de seus integrantes poderá recusar, motivadamente, o mais antigo, observado o procedimento previsto no seu Regimento Interno, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, após o julgamento de eventual recurso interposto pelo interessado.

§ 3º - Das decisões referentes aos incisos IV, VII, VIII, XI, XVIII e XIX caberá recurso ao Órgão Especial, no prazo de quarenta e oito horas da realização da sessão, que será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, com as razões da contrariedade, determinando este o seu processamento, com a juntada no procedimento original, juntamente com o extrato da ata e o resultado, sendo em vinte e quatro horas remetido e distribuído ao Órgão Especial.

Art. 33 - O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público disporá sobre:

I - reuniões ordinárias periódicas;

II - reunião em caráter extraordinário, por convocação do Procurador-Geral de Justiça;

III - critério de convocação dos suplentes, obedecida a ordem classificatória;

IV - processo de constituição da lista tríplice dos candidatos à remoção e promoção por merecimento;

V - processo de indicação de membros do Ministério Público para os fins contemplados nesta lei;

VI - processo de vitaliciamento de membro do Ministério Público;

VII - critérios e processo quanto à disponibilidade, aposentadoria e remoção de membro do Ministério Público, fundados em motivo de interesse público;

VIII - critérios e processo de aproveitamento e reversão de membro do Ministério Público;

IX - critérios para alteração e reforma do regimento.

Seção IV

Da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Art. 34 - A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Art. 35 - O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito na forma do art. 23, inciso VI, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

Art. 36 - São atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público:

I - realizar correições e inspeções, encaminhando o resultado das avaliações aos interessados;

II - realizar inspeção nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Órgão Especial;

III - propor ao Conselho Superior do Ministério Público e não vitaliciamento de membro do Ministério Público;

IV - fazer recomendações a órgão de execução, sem caráter vinculativo;

V - instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro da Instituição, presidindo-o e propondo a aplicação das sanções administrativas cabíveis;

VI - encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma desta Lei, incumba a este decidir;

VII - indicar membros do Ministério Público para comissões de processo disciplinar;

VIII - remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas respectivas atribuições;

IX - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena do mês de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;

X - integrar como membro nato, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público, com direito a voto, exceto em processo administrativo disciplinar em que tenha atuado, quando

será ouvido apenas para prestar informações ou esclarecer pontos do seu relatório;

XI - propor ao Procurador-Geral de Justiça, sempre que entender conveniente ao interesse da Instituição, o afastamento do indiciado em processo disciplinar;

XII - desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou atribuídas pelo Conselho Superior do Ministério Público;

XIII - relatar os processos de habilitação de concurso de ingresso na carreira;

XIV - promover o levantamento das necessidades de pessoal e material nos serviços afetos ao Ministério Público, propondo ao Procurador-Geral de Justiça as providências que julgar convenientes;

XV - realizar reuniões nas diversas regiões do Estado para uniformização de normas de serviços;

XVI - manter atualizados os assentamentos da vida funcional dos membros do Ministério Público e dos estagiários.

§ 1º - Dos assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público de que trata o inciso XVI, deste artigo, deverão constar obrigatoriamente:

a) a avaliação do exame das peças e cópias dos trabalhos enviados pelo Promotor de Justiça em estágio probatório;

b) as anotações resultantes de apreciações dos Procuradores de Justiça e das referências feitas em julgados dos Tribunais;

c) as observações feitas em correições e visitas de inspeção.

§ 2º - Das anotações desabonadoras ou que importem em demérito, lançadas no assentamento funcional, dar-se-á imediata ciência ao interessado.

§ 3º - O processo disciplinar contra membro do Ministério Público de que trata o inciso V. deste artigo, poderá ser presidido pelo Subcorregedor-Geral, mediante designação do Corregedor-Geral.

Art. 37 - O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um Procurador de Justiça para função de Subcorregedor, que será designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Ao Subcorregedor-Geral do Ministério Público incumbe:

I - substituir o Corregedor-Geral em suas faltas ou impedimentos;

II - realizar correições e inspeções nas Procuradorias e Promotorias de Justiça;

III - coordenar os serviços de assessoramento dos Promotores da Corregedoria-Geral;

IV - supervisionar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;

V - elaborar a escala de férias dos Promotores da Corregedoria-Geral;

VI - exercer outras atribuições por delegação do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 38 - O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - O Corregedor-Geral terá o assessoramento de um Promotor de Justiça de entrância final que exercerá as funções de Adjunto, incumbindo-lhe:

I - supervisionar e informar as necessidades quanto ao provimento dos cargos e o atendimento do serviço em primeiro grau;

II - chefiar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;

III - custodiar os assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público e demais documentos da Corregedoria-Geral, velando pelo sigilo;

IV - promover, por determinação dos órgãos superiores de administração, as publicações legais pertinentes;

§ 2º - Haverá um Promotor de Justiça assessorando o Corregedor-Geral do Ministério Público para cada quinze Promotores em estágio probatório.

§ 3º - Recusando-se o Procurador-Geral de Justiça a designar os Promotores de Justiça que lhe forem indicados o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá submeter a indicação à deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça.

Seção V

Das Procuradorias de Justiça

Art. 39 - As Procuradorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta lei.

§ 1º - É obrigatória a presença de Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

§ 2º - Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiarem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 3º - As atribuições das Procuradorias de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial.

§ 4º - Havendo mais de um Procurador de Justiça com funções idênticas ou concorrentes, na mesma Procuradoria, a denominação do cargo será precedida do número indicativo da ordem da sua criação.

§ 5º - As Procuradorias, obedecidas os preceitos gerais que lhes sejam aplicáveis, poderão ser desmembradas, aumentadas na sua composição e alteradas nas suas atribuições, por ato do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Art. 40 - As Procuradorias de Justiça são classificadas em:

I - Procuradoria de Justiça Cível, com atribuições de oficiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria cível;

II - Procuradoria de Justiça Criminal, com atribuição de oficiar perante os órgãos judiciais de segundo grau em matéria criminal;

Parágrafo Único - Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça, reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 41 - À Procuradoria de Justiça compete, na forma desta lei, e dentre outras atribuições;

I - escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias de seus integrantes;

III - solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância para substituí-lo.

Art. 42 - O provimento inicial dos cargos das Procuradorias de Justiça obedecerá ao critério de expressa opção dos interessados e, na ausência desta, por designação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - As opções de que trata este artigo serão consideradas pela ordem de precedência e, nos casos de excesso ou empate em relação ao número de vagas, preferir-se o mais antigo no cargo.

§ 2º - O número de cargos de Procurador de Justiça em cada Procuradoria de Justiça será estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista a necessidade do serviço, ouvido o Colégio de Procuradores quando provocado.

Art. 43 - Os cargos de Procurador de Justiça serão em número correspondente, no mínimo, a dois terços de membros dos Tribunais de Alçada e de Justiça.

Parágrafo Único - A criação de cargos de membros de segundo grau do Poder Judiciário importará na imediata proposta de criação de cargos de Procurador de Justiça, nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 44 - Os Procuradores de Justiça de cada Procuradoria indicarão à designação do Procurador-Geral de Justiça o respectivo Coordenador e seu Substituto, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos serviços administrativos, judiciais e extrajudiciais de atribuição daquela.

Parágrafo Único - Incumbe ao Coordenador:

I - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório trimestral das atividades da Procuradoria de Justiça;

II - comunicar ao Corregedor-Geral do Ministério Público as avaliações de mérito dos Promotores de Justiça, em relação à atuação destes nos processos examinados;

III - encaminhar ao Corregedor-Geral do Ministério Público sugestões para o aprimoramento da atuação parcial ou geral do Ministério Público;

IV - dirigir reuniões internas;

V - supervisionar os serviços auxiliares, bem como a distribuição dos autos em que os Procuradores de Justiça correspondentes devam atuar;

VI - acompanhar o cumprimento de prazos e, quando for o caso, providenciar a redistribuição dos autos, comunicando o fato ao órgão incumbido do procedimento administrativo disciplinar cabível;

VII - desempenhar outras atividades inerentes à Procuradoria;

VIII - efetuar a coletânea das promoções dos Procuradores de Justiça de sua Procuradoria;

IX - a indicação ao Procurador-Geral de Justiça de Promotor de Justiça da mais elevada entrância, para serviço de substituição, nas faltas e impedimentos casuais de Procurador de Justiça.

Art. 45 - Os serviços auxiliares das Procuradorias de Justiça destinam-se ao apoio administrativo necessário ao desempenho das respectivas atribuições das Procuradorias de Justiça.

Art. 46 - A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visem à distribuição equitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.

Parágrafo Único - A norma deste artigo não incidirá nas hipóteses em que os Procuradores de Justiça definam, consensualmente, conforme critérios próprios, a divisão interna dos serviços.

Art. 47 - As Procuradorias de Justiça editarão Regimento Interno destinado a regular o funcionamento dos seus serviços administrativos, o acompanhamento dos processos de sua incumbência e coordenação das atividades desenvolvidas no desempenho de suas atribuições.

Seção VI

Das Promotorias de Justiça

Art. 48 - As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta lei.

§ 1º - As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º - As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º - A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores.

Art. 49 - O Procurador-Geral de Justiça poderá com a concordância do Promotor de Justiça natural, designar outro Promotor para funcionar, cumulativamente ou não, em feito determinado, de atribuição daquele.

Art. 50 - Nas Promotorias de Justiça com mais de dois Promotores de Justiça haverá um coordenador e seu substituto, designado a cada ano pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral, com as seguintes atribuições:

I - encaminhar, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, sugestões para o aprimoramento da atuação do Ministério Público;

II - dirigir as reuniões internas;

III - promover reuniões periódicas para se informar e deliberar sobre as questões decorrentes do desempenho das funções da respectiva Promotoria;

IV - supervisionar os auxiliares, bem como a distribuição equitativa dos autos em que cada Promotor de Justiça deva atuar;

V - acompanhar o cumprimento de prazos e, quando for o caso, providenciar a redistribuição dos autos, comunicando o fato ao órgão disciplinar competente;

VI - representar, nas Promotorias de Justiça do Interior, o Ministério Público nas solenidades oficiais;

VII - elaborar relatório anual da Promotoria de Justiça;

VIII - organizar o arquivo geral da Promotoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos forenses elaborados pelos Promotores de Justiça;

IX - desempenhar outras atividades inerentes às funções da Promotoria de Justiça.

Parágrafo Único - É vedada a recondução ao cargo de coordenador, salvo se houver manifestação favorável da maioria dos membros da Promotoria de Justiça.

Art. 51 - A divisão interna dos serviços das Promotorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Procurador-Geral de Justiça, que visem à distribuição equitativa dos processos e encargos, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade,

especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.

Parágrafo Único - Os Promotores de Justiça poderão usar da faculdade prevista no parágrafo único, do art. 46.

Art. 52 - Havendo mais de um membro do Ministério Público com funções idênticas ou concorrentes, na mesma Promotoria, a denominação do cargo será prece-dida do número indicativo da ordem de sua criação.

Art. 53 - Os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça, dispostos pelo Procurador-Geral de Justiça, destinam-se ao apoio administrativo necessário ao desempenho das atribuições dos seus Promotores de Justiça.

Art. 54 - As Promotorias de Justiça, obedecidos os preceitos gerais que lhe sejam aplicáveis, poderão ser desmembradas, aumentadas na sua composição e alteradas nas suas atribuições, por ato do Procurador-Geral de Justiça, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, do art. 48.

Art. 55 - A criação de novas comarcas, seções judiciárias ou juízos perante os quais deva funcionar membro do Ministério Público, importará na criação automática do respectivo cargo de Promotor de Justiça.

Art. 56 - A elevação ou rebaixamento da Comarca não importa em alteração funcional do titular da Promotoria de Justiça correspondente, que poderá nela permanecer por opção ou ter sua remoção para Promotoria de Justiça de entrância idêntica àquela anteriormente ocupada.

Capítulo IV

Das Funções dos Órgãos de Execução do Ministério Público

Seção I

Das Funções Gerais

Art. 57 - Além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério.

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para proteção dos interesses relacionados à infância e juventude;

b) para proteção, prevenção e reparação de danos causados ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

c) para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações direta, indireta e fundacional e das entidades privadas de que participem.

V - promover a defesa dos direitos constitucionais do cidadão para a garantia do efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública observado o seguinte:

a) agir de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo em que assinar;

b) recebidas ou não as informações e instruído o caso, se concluir que direitos constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado;

c) não atendida, no prazo devido, a notificação prevista no artigo anterior, representar ao poder ou autoridade competente para promover a responsabilidade administrativa pela ação ou omissão inconstitucionais, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

VI - manifestar-se nos processos em que, por força de lei, tenha atuação obrigatória, e neles intervir, em qualquer fase ou grau de jurisdição, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

VII - exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, supervisionando-lhes a assistência;

VIII - exercer a fiscalização dos estabelecimentos penais e prisionais, bem como o controle externo de suas atividades, observado o seguinte:

a) a fiscalização será efetivada pelas Promotorias de Justiça, conforme organização interna, em caráter ordinário;

b) O controle externo será instituído, no âmbito institucional, por ato do Procurador-Geral de Justiça, importando, dentre outras, na fiscalização da assistência ao apenado, na verificação das condições de trabalho, interno e externo, na observação dos deveres, direitos e disciplina dos presos, nas condições dos estabelecimentos prisionais e no destino da remuneração dos apenados;

IX - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa da criança e do adolescente, da pessoa portadora de deficiência, do meio ambiente, do consumidor, do trabalho, sobre política fundiária, penal e penitenciária, de segurança pública e de outros entes que tenham atuação compatível com as funções de Ministério Público;

X - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados pelo Tribunal de Contas;

XI - interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça;

XII - exercer o controle externo da atividade policial, civil e militar, instituído por ato do Procurador Geral da Justiça, por meio de medidas administrativas e judiciais, visando assegurar a indisponibilidade da persecução penal e a prevenção ou correção de ilegalidades ou abuso de poder, da seguinte forma:

a) fiscalizar e acompanhar atividades investigatórias;

b) requisitar providências visando sanar omissão, ilegalidade ou abuso de poder;

c) recomendar à autoridade policial a observância das leis e princípios jurídicos;

d) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais;

e) ter acesso ou requisitar documentos relativos à atividade -fim policial;

f) receber da autoridade policial comunicação sobre a prisão de qualquer pessoa, com a indicação do lugar onde se encontra preso;

g) recomendar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento cabível.

Art. 58 - Os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, poderão:

I - instaurar inquéritos civis e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los;

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior;

II - requisitar informações, exames periciais e documentos a entidades privadas ou pessoas, para instruir procedimento ou processo em que officie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível, acompanhá-los e produzir provas;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, civil ou militar, observado o disposto no artigo 129, VII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los e produzir provas;

V - praticar atos administrativos de caráter preparatório dos procedimentos administrativos que instaurar e das medidas que adotar;

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas, observadas as vedações constitucionais;

VII - sugerir ao Poder competente, por escrito, a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e controle da criminalidade e melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

VIII - requisitar da Administração Pública serviço temporário de servidores civis e policiais militares e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas;

IX - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz da parte, ou por sua iniciativa quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção, na forma da lei;

§ 1º - As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os Desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º - O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

§ 3º - Serão cumpridas gratuitamente as requisições feitas pelo Ministério Público, às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º - A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição ministerial, não autoriza desconto de vencimentos ou salários, considerando-se de efetivo exercício para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

§ 5º - Toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da Instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores.

Art. 59 - Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito:

I - pelos poderes estaduais e municipais;

II - pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal direta, indireta e fundacional;

III - pelos concessionários e permissionários do serviço público estadual ou municipal;

IV - por entidades que exerçam função delegada do Estado ou de Município;

V - por entes que prestem serviço de relevância pública.

Art. 60 - É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas sob pena de nulidade do ato praticado.

Seção II

Do Procurador-Geral de Justiça

Art. 61 São atribuições do Procurador-Geral de Justiça além das previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis:

I - velar pela observância, aplicação e execução das Constituições e das Leis;

II - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, ou por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional estadual;

III - representar para fins de intervenção do Estado no Município com o objetivo de assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial;

IV - representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

V - promover e acompanhar ações e medidas judiciais de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

VI - dirigir reclamação aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

VII - ajuizar mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Governador do Estado, de Secretário de Estado, da Assembléia Legislativa, dos Tribunais de Justiça, de Alçada ou de Contas, ou em outros casos de competência originária dos Tribunais;

VIII - exercer as atribuições do artigo 120, inciso II e III, da Constituição Estadual, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa ou os Presidentes dos Tribunais de Justiça, de Alçada ou de Contas, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ajuizada a competente ação;

IX - interpor recursos;

X - iniciar procedimento criminal de sua atribuição em qualquer Tribunal ou Juízo, prosseguir na ação e desempenhar outras funções, pessoalmente ou por membro do Ministério Público que designar;

XI - propor, perante o Tribunal de Justiça, a ação cível de perda do cargo de membro do Ministério Público e de Magistrado;

XII - officiar nos processos de decretação de perda de cargo, remoção ou disponibilidade de Magistrado;

XIII - officiar nos precatórios em execução contra a Fazenda Estadual ou Municipal, bem como nos pedidos feitos por exeqüente, preterido no seu direito de preferência, objetivando o sequestro de quantias necessárias à satisfação do débito;

XIV - delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução;

XV - determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusões

de Comissões Parlamentares de Inquérito, inquérito policial, civil ou militar, nas hipóteses de suas atribuições legais;

XVI - exercer outras atribuições previstas em lei.

Seção III

Do Conselho Superior
do Ministério Público

Art. 62 - Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma desta lei.

Seção IV

Dos Procuradores de Justiça

Art. 63 - Os Procuradores de Justiça exercem junto aos Tribunais de Justiça, de Alçada, as funções de órgãos de execução do Ministério Público, desde que não privativas do Procurador-Geral de Justiça, hipótese em que poderão officiar mediante delegação deste.

Parágrafo Único - As funções de direção dos órgãos referidos nos incisos I, II, IV e V, do artigo 8º, serão privativas de Procurador de Justiça.

Art. 64 - Os cargos de Procurador de Justiça integram o quadro institucional das Procuradorias de Justiça.

Art. 65 - Incumbe ao Procurador de Justiça:

I - officiar nos autos judiciais que lhe forem distribuídos ou objeto de delegação do Procurador-Geral de Justiça, emitindo conclusivamente, e na oportunidade própria, as respectivas promoções escritas;

II - participar, segundo escala da respectiva Procuradoria ou designação do Procurador-Geral de Justiça, das sessões de julgamento das câmaras e grupos de câmaras, observados os regramentos regimentais;

III - tomar ciência das decisões proferidas nos feitos em que tenha oficiado, ou lhe forem distribuídos, e interpor recursos;

IV - ...

V - integrar o Colégio de Procuradores de Justiça e, quando eleito, o Órgão Especial e o Conselho Superior do Ministério Público;

VI - realizar correição permanente nos autos em que officiar;

VII - assistir e auxiliar o Procurador-Geral de Justiça, quando designado;

VIII - integrar comissão de processo administrativo, quando designado;

IX - oferecer sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público;

X - exercer outras atribuições compatíveis com suas funções e natureza do cargo;

Art. 66 - Aos Procuradores de Justiça, quando no exercício de suas funções, são extensivas as prerrogativas conferidas ao Procurador-Geral de Justiça.

Seção V

Dos Promotores de Justiça

Art. 67 - Ao Promotor de Justiça incumbe exercer:

I - as atribuições que lhe forem conferidas pela legislação penal, processual penal e de execuções penais;

II - as atribuições em matéria relativa aos direitos constitucionais, à criação e ao adolescente, ao apoio às pessoas portadoras de deficiência, ao meio ambiente, proteção do patrimônio natural e cultural, “a proteção e defesa ao consumidor, ao patrimônio público, em matéria de fazenda pública, de falências e concordatas, liquidação extrajudicial, intervenção e responsabilidade civil dos administradores das instituições financeiras, em matéria de família e sucessões, de registros públicos e de acidentes do trabalho e de fundações;

III - as atribuições do Ministério Público Eleitoral previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária, quando designado para officiar perante a Justiça Eleitoral;

IV - as demais atribuições previstas em lei ou regulamento.

§ 1º - Dentro das esferas de suas atribuições, cabe aos Promotores de Justiça:

I - impetrar “habeas corpus” e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes;

II - tomar ciência das decisões, interpor recursos e manifestar-se nos interpostos pelas partes;

III - atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes.

§ 2º - Aos Promotores de Justiça Substitutos de Segundo Grau incumbe substituir os Procuradores de Justiça em seus afastamentos, impedimentos, licenças e férias, com as atribuições conferidas a estas no artigo 65, incisos I, II, III, VII, VIII, IX e X, podendo, em virtude do acúmulo de serviço, concorrer à regular distribuição, bem como ser convocado para officiar em processos certos.

Art. 68 - São atribuições do Promotor de Justiça:

I - em matéria de Direitos Constitucionais;

1. instaurar inquérito civil e promover ação civil pública, assim como qualquer outra medida judicial que se apresentar mais adequada para garantir o respeito, por parte dos poderes públicos estaduais e municipais e dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual;

2. adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos da

Administração Pública, assim como da garantia de acessibilidade aos cargos públicos, sem qualquer tipo de discriminação;

3. zelar pela efetivação das políticas sociais básicas, especialmente de educação, saúde, saneamento e habitação, bem assim das políticas sociais assistenciais, em caráter supletivo, para quem delas necessite;

4. intervir em questões fundiárias e nas ações possessórias, urbanas ou rurais, que digam respeito a imóvel ocupado por significativo número de famílias ou pessoas, nos termos da lei;

5. requerer as medidas judiciais ou requisitar as administrativas, de interesse da promotoria;

6. receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, dando andamento no prazo máximo de trinta dias, promovendo as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e apresentando as soluções adequadas;

7. zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

8. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei.

II - em matéria de Criança e Adolescente;

1. promover:

a) a ação sócio-educativa oferecendo representação ou conceder remissão, com ou sem inclusão de medidas, como forma de exclusão do processo;

b) o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

c) nos feitos que lhes forem distribuídos, os procedimentos judiciais visando a aplicação de medidas específicas de proteção;

d) as ações de alimentos, quando a legislação própria lhe autorizar;

e) os procedimentos de perda ou suspensão do pátrio poder, de remoção ou destituição da tutela, ou da guarda, de especialização e inscrição de hipoteca legal e as respectivas prestações de contas de tutores, curadores e quaisquer administradores de seus bens;

2. oficiar nos demais processos relativos à infância e à juventude;

3. recorrer das decisões proferidas na respectiva jurisdição e oficiar nos recursos interpostos por outrem;

4. fiscalizar as entidades de atendimento, governamentais ou não governamentais;

5. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei;

6. exercer outras atribuições conferidas em lei.

III - em matéria das Pessoas Portadoras de Deficiência;

1. promover a tutela administrativa ou jurisdicional, satisfativa ou cautelar, dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência;

2. fiscalizar as ações governamentais na área da educação, saúde, formação profissional e do trabalho, de recursos humanos e de edificações, necessários ao exercício dos direitos básicos das pessoas portadoras de deficiência, bem como à sua integração social;

3. instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública para a proteção e apoio às pessoas portadoras de deficiência;

4. oficiar nos processos em que haja interesse de entidade assistencial ou de pessoa portadora de deficiência, inclusive interpondo o recurso cabível;

5. receber reclamações de entidade assistencial ou de pessoas portadoras de deficiência, tomando as providências cabíveis;

6. requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

7. ingressar livremente em qualquer estabelecimento que abrigue pessoa portadora de deficiência, independente de autorização judicial;

8. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei;

IV - em matéria de Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural:

1. instaurar inquérito civil e promover ação civil pública para a proteção do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e de interesses correlatos, bem como para reparação dos danos causados;

2. receber notícias de danos causados e quaisquer reclamações de entidades de proteção do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural, ou de qualquer do povo, diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;

3. requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

4. ajuizar ações cautelares em defesa do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural;

5. ingressar livremente em qualquer área onde haja notícia de devastação ambiental ou desastre, independentemente de autorização judicial, ressalvado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal;

6. manter protocolo das reclamações e pedidos formulados à Promotoria de Justiça;

7. manter livro de registro para o inquérito civil;

8. arquivar na Promotoria de Justiça as reclamações administrativas solucionadas, desde que não importem em compromisso de ajustamento previsto na Lei nº 7.347/85;

9. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquérito policial e o ajuiza-

mento de ações civis públicas, para os fins previstos no artigo 75, inciso X, desta lei.

V - em matéria de Consumidor:

1. promover, por intermédio do inquérito civil, da ação civil pública, de medidas cautelares, de acordos e de compromissos de ajustamento, a defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores;

2. requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas, de interesse da Promotoria;

3. realizar o atendimento individual dos consumidores, informando, orientando e promovendo acordos entre estes e os fornecedores de bens e serviços, especialmente onde não houver órgão de proteção individual do consumidor;

4. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei.

VI - em matéria de Patrimônio Público:

1. instaurar inquérito civil e promover ação civil pública para a proteção do patrimônio público;

2. requerer as medidas judiciais, ou requisitar as administrativas de interesse da Promotoria;

3. ajuizar as ações cautelares em defesa do patrimônio público;

4. promover ações indenizatórias quando houver dano ao patrimônio público;

5. receber reclamações e notícias de danos causados ao patrimônio público, registrando-as e diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;

6. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de inquéritos civis e o ajuizamento de ações civis públicas, para os fins previstos no art. 75, inciso X, desta lei;

VII - em matéria de Fazenda Pública:

1. oficiar nos mandados de segurança e nos mandados de injunção, individuais ou coletivos, "habeas data", na ação popular constitucional, nas Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual e Municipal, e nas demais causas em que deva intervir o Ministério Público;

2. intervir nas causas em que haja interesse das entidades da Administração Pública direta e indireta, do Estado e dos Municípios, tais como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem assim como das demais empresas em que o Estado e os Municípios participem como cotista ou acionista;

3. promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais, quebradas ou perdidas;

VIII - em matéria de Falências e Concordatas, de Liquidação Extrajudicial, Intervenção e Responsabilidade Civil dos Administradores de Instituições Financeiras:

1. promover a ação penal nos crimes falimentares e oficiar em todos os termos da que for intentada por queixa;

2. exercer:

a) as atribuições conferidas ao Ministério Público pela legislação especial nos processos de falências e concordatas, e de liquidação extrajudicial, intervenção e responsabilidade civil dos administradores de instituições financeiras, e em todas as ações e reclamações sobre os bens e interesses relativos à massa;

b) outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;

IX - em matéria de Família e Sucessões:

1. oficiar:

a) nas habilitações para casamento, justificações, dispensas de proclamas e, quando for o caso, emitir pronunciamento nas conversões em casamento das uniões estáveis entre homem e mulher como entidade familiar, ou opor os impedimentos da lei civil à celebração do matrimônio;

b) nas justificativas de casamento nuncupativo, no suprimimento de autorização de pais ou tutores para casamento e no de consentimento para matrimônio, com o fim de evitar imposição ou cumprimento de penas, ou de medida especial;

c) nos pedidos de emancipação;

d) nas separações judiciais, na conversão destas em divórcio, e nas ações de divórcio, de nulidade ou de anulação de casamento, em quaisquer outras ações relativas ao estado ou capacidade das pessoas, e nas investigações de paternidade, cumuladas ou não com petição de herança;

e) nos processos de suspensão, perda ou extinção do pátrio poder nas hipóteses previstas na legislação e promovê-los quando for o caso;

f) nas ações concernentes ao regime de bens de casamento, ao dote, aos bens parafernais e às doações antenupciais;

g) no suprimimento de outorga a cônjuge, para alienação ou oneração de bens;

h) nas questões relativas à instituição ou à extinção de bem de família;

i) nos pedidos de alienação, locação e constituição de direitos reais relativos a bens de incapazes;

j) nas ações de alimentos, ou promovê-las quando a legislação própria lhe autorizar;

k) nas ações relativas à posse e guarda dos filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros;

l) nas demais ações onde houver interesse de menores de idade e interditos;

m) na arrecadação de herança jacente, e promover a devolução de bens vacantes e o respectivo registro, dando ciência deste ao Procurador-Geral de Justiça;

n) nos processos relativos a testamentos;

o) em todos os atos de jurisdição voluntária, necessários à proteção da pessoa dos incapazes e à administração de seus bens;

p) oficiar nas medidas que visem a garantir os direitos dos nascituros;

2. promover a ação própria, quando ocorrer ou houver necessidade:

a) a nulidade de casamento contraído perante autoridade incompetente;

b) a ação de investigação de paternidade na hipótese prevista na Lei Federal nº 8.560, de 29.12.92;

c) a interdição nos casos estabelecidos na lei civil, ou defender o interditando, quando for promovida por outrem, e opinar nos pedidos de levantamento de incapacidade;

d) a nomeação de curadores, administradores provisórios e tutores, nos casos previstos no número 1, letra “e”, deste item;

e) a nulidade dos atos jurídicos praticados por pessoa absolutamente incapaz, ou argüi-la, quando atuar como fiscal da lei;

f) a execução contra o inventariante ou testamentário que não pagar, no prazo legal, o alcance verificado em suas contas, quando houver interesse de menor, incapaz ou ausente;

g) ações e medidas preventivas, tendentes a salvar a administração dos bens dos incapazes e ausentes;

h) a abertura de sucessão provisória ou definitiva de ausentes;

i) a remoção de inventariante e testamentário, e exigir-lhes prestação de contas, quando houver interesse de menor, incapaz ou ausente;

j) a arrecadação dos resíduos para a entrega à Fazenda Pública, ou para cumprimento de testamento;

3. requerer:

a) a especialização e inscrição de hipoteca legal em favor de incapazes, prestação de contas, remoção e destituição de curadores, administradores provisórios e tutores;

b) a nomeação de curador especial aos incapazes, quando os interesses destes colidirem com o de seus representantes legais;

c) a abertura ou andamento do inventário e partilha de bens, quando houver interessados incapazes, e as providências sobre a efetiva arrecadação, aplicação e destino dos bens e dinheiro;

d) a arrecadação de bens de ausentes, assistindo pessoalmente às respectivas diligências, e promover a conversão em imóveis e em títulos de dívida pública, dos bens móveis arrecadados;

e) a intimação dos depositários de testamentos, para que os exibam, a fim de serem abertos e cumpridos, e a dos testamentários, para que prestem o compromisso legal.

4. inspecionar os estabelecimentos onde se achem recolhidos interditos, crianças, adolescentes e órfãos, idosos e portadores de deficiência, promovendo as medidas reclamadas pelos seus interesses.

5. intervir na homologação dos testamentos nuncupativos.

6. pronunciar-se nos processos de registro, inscrição e cumprimento de testamento;

7. funcionar nos processos de sub-rogação de bens gravados ou inalienáveis e nos de extinção de usufruto e fideicomisso;

8. exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;

X - em matéria de Registros Públicos:

1. funcionar nos processos de suprimento, retificação, anulação, averbação e restauração de registro civil;

2. oficiar nos pedidos de retificação de erros no registro de imóveis, nas ações de retificação de área e nos processos de dúvida;

3. intervir nos processos de Registro Torrens;

4. exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

5. exercer outras atribuições que sejam conferidas em lei ou regulamento.

XI - em matéria de Acidentes do Trabalho:

1. ajuizar ação civil pública quando as condições do ambiente do trabalho sejam agressivas, perigosas ou altamente insalubres, em desconformidade com as normas legais prevencionistas;

2. orientar o trabalhador acidentado em relação aos direitos previdenciários decorrentes do infortúnio laboral, promovendo, se for o caso, a ação acidentária;

3. promover a ação de reparação do dano *ex delicto*, caso de constatação de culpa do empregador, quando o acidentado for pobre;

4. requisitar a instauração de inquérito policial, sempre que o acidente tenha ocorrido por descumprimento das normas regulamentadoras da segurança e saúde do trabalhador urbano ou rural;

5. intervir como fiscal da lei.

XII - em matéria de Fundações:

1. fiscalizar e inspecionar as fundações;

2. requerer:

a) que os bens doados, quando insuficientes para constituir a fundação, sejam convertidos em títulos de dívida pública, se de outro modo não tiver disposto o instituidor;

b) a remoção dos administradores das fundações nos casos de negligência ou prevaricação, e a nomeação de quem os substitua, salvo o disposto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;

3. notificar quaisquer responsáveis por fundações que recebam legados, subvenções ou outros benefícios para prestarem contas de sua administração e, em caso de desatendimento, promover a ação própria;

4. promover o seqüestro dos bens das fundações ilegalmente alienados e as ações necessárias à anulação dos atos praticados sem observância das prescrições legais ou estatutárias;

5. examinar as contas das fundações e promover a verificação de que trata o art. 30, Parágrafo Único, do Código Civil;

6. elaborar os estatutos das fundações, se não o fizerem aqueles a quem o instituidor acometeu o encargo;

7. velar pelas fundações e officiar nos processos que lhes digam respeito;

8. dar ciência ao Procurador-Geral de Justiça das medidas que tiver tomado nos interesses das fundações, rementendo respectivas peças de informação;

9. exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou regulamento;

XIII - em matéria de saúde pública:

1. apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões visando estabelecer política institucional para o funcionamento das Promotorias de Justiça que atuam na área da proteção à saúde pública, inclusive no que concerne a programas específicos;

2. responder pela execução de planos e programas institucionais, em conformidade com as diretrizes fixadas;

3. acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal para proteção da saúde pública;

4. sugerir alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito, bem como a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes;

5. representar o Ministério Público, por designação do Procurador-Geral de Justiça, nos órgãos perante os quais tenha assento;

6. manter permanentemente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos interesses que lhe incumbe defender;

7. prestar atendimento e orientação às entidades com atuação na respectiva área

8. divulgar as atividades do Ministério Público na área respectiva;

9. sugerir edições de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público;

10. efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área;

11. promover a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução, abrangendo a atuação conjunta ou simultânea, quando cabível;

12. propor, em conjunto com órgãos locais de execução, por solicitação destes e quando entender conveniente, as medidas judiciais pertinentes e, para tanto, requisitar laudos, certidões, informações, exames e quaisquer documentos, diretamente dos órgãos públicos ou privados;

13. prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;

14. expedir notificações nos procedimentos de sua atribuição e, quando for o caso, requisitar a condução coercitiva;

15. receber representações ou expedientes reclamatórios e encaminhá-los aos órgãos de execução para as medidas adequadas;

16. desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;

17. promover ou sugerir a realização de cursos, palestras e outros eventos;

18. remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligados à sua atividade;

19. apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, relatório anual das atividades do Ministério Público na área de defesa da saúde pública.

XIV - em matéria de defesa dos direitos do idoso:

1. apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões visando estabelecer política institucional para o funcionamento das Promotorias de Justiça que atuam na área da defesa dos direitos do idoso, inclusive no que concerne a programas específicos;

2. responder pela execução de planos e programas institucionais supramencionados, em conformidade com as diretrizes fixadas;

3. acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal para a defesa dos direitos da pessoa idosa;

4. sugerir alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito, bem como a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes;

5. representar o Ministério Público, por designação do Procurador-Geral de Justiça, nos órgãos perante os quais tenha assento;

6. manter permanentemente contato e intercâmbio com os Conselhos Federal, Estadual e Municipal dos Direitos do Idoso e outras entidades públicas e privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos interesses que lhe incumbe defender;

7. prestar atendimento e orientação às entidades com atuação na respectiva área;

8. divulgar as atividades do Ministério Público na área respectiva;

9. sugerir edições de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público;

10. efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com a atuação na sua área;

11. promover a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução, abrangendo a atuação conjunta ou simultânea, quando cabível;

12. propor, em conjunto com órgãos locais de execução, por solicitação destes e quando entender conveniente, as medidas judiciais pertinentes e, para tanto, requisitar laudos, certidões, informações, exames e quaisquer documentos, diretamente dos órgãos públicos ou privados;

13. prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;

14. prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;

14. expedir notificações nos procedimentos de sua atribuição e, quando for o caso, requisitar a condução coercitiva;

15. receber representações ou expedientes reclamatórios e encaminhá-los aos órgãos de execução para as medidas adequadas;

16. desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;

17. promover ou sugerir a realização de cursos, palestras e outros eventos;

18. remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligadas à sua atividade;

19. apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público na área de defesa dos direitos da pessoa idosa;

XV - nas demais matérias, de competência das Varas Cíveis não especializadas, oficiar:

1. nos feitos em que houver interesse de incapazes;

2. nas ações de usucapião;

3. nos demais casos de intervenção obrigatória do Ministérios Público.

XVI - nos Juizados Especiais, oficiar nos feitos de intervenção obrigatória do Ministério Público:

XVII - como Promotor de Justiça Substituto, nas comarcas de entrância final:

1. substituir os Promotores de Justiça titulares nos seus impedimentos, faltas, férias, licença e afastamento,

2. exercer outras atribuições, por designação do Procurador-Geral de Justiça.

XVIII - nas demais comarcas do interior, também:

1. exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.213, de 24.07.91;

2. promover as reclamações dos empregados, defendê-los ou assisti-los em matéria trabalhista, onde não houver Junta de Conciliação e Julgamento ou Sindicato da correspondente categoria profissional;

3. promover a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente do trabalho, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e outros interesses difusivos ou coletivos.

§ 1º - Excluem-se da incumbência dos Promotores de Justiça da área de Família e Sucessões as atribuições enumeradas no inciso IX, deste artigo, quando se referir a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social e houver Promotoria especializada.

§ 2º - Para os fins previstos nos incisos IV, V, VI e XIII, deste artigo, incubirá ao promotor de Justiça, na sua respectiva área de atuação, as atribuições previstas no artigo 58, incisos I a IX.

Art. 69 - São, ainda, atribuições do Promotor de Justiça:

I - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e cadeias públicas, fazendo constar do livro próprio o termo de visita e as providências que atender necessárias;

II - promover ou acompanhar os pedidos de concessão do auxílio-reclusão;

III - exercer as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 7.783, de 28.06.89 e nº 8.213, de 21.07.91;

IV - examinar, nos estabelecimentos prisionais, os registros relativos a dinheiro e valores dos internos, apurando responsabilidades, quando for o caso;

V - manifestar-se nos pedidos de serviço externo dos sentenciados;

VI - comunicar ao Procurador-Geral de Justiça as deficiências materiais e pessoais observadas nos estabelecimentos prisionais;

VII - visitar as delegacias de polícia, fiscalizando o andamento dos inquéritos;

VIII - fiscalizar a frequência à escola primária de criança e adolescente em idade escolar, atuando nos casos de evasão;

IX - acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais ou administrativos, quando assim considerar conveniente à apuração de infrações penais ou em caso de designação pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 70 - O Promotor de Justiça apresentará ao Corregedor-Geral do Ministério Público, anualmente, no prazo por este fixado, o relatório de suas atividades funcionais.

Capítulo V

Dos Órgãos Auxiliares

Seção I

Da Secretaria da Procuradoria-Geral

Art. 71 - A Secretaria da Procuradoria-Geral será dirigida por membro do Ministérios Público, em exercício, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, incumbe ao Secretário.

I - assistir e assessorar o procurador-Geral de Justiça em sua atividade social e administrativa;

II - dirigir os serviços da Secretaria, cabendo-lhe:

1. despachar o expediente da Secretaria;

2. preparar o expediente para despacho do Procurador-Geral de Justiça;

3. efetuar comunicados administrativos aos membros do Ministério Público;

III - executar outras tarefas administrativas.

Art. 72 - A estrutura da Secretaria será definida por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Seção II

Da Coordenadoria de Recursos

Art. 73 - A Coordenadoria de Recursos, regulamentada pelo procurador-Geral de Justiça, é órgão encarregado de, nas causas em que se verificar a intervenção do Ministérios Público, ressalvado o disposto no artigo 65, inciso III, desta lei:

I - tomar ciência das decisões em 2º grau;

II - interpor recursos, inclusive para os Tribunais Superiores;

III - manifestar-se nos recursos interpostos pelas partes para os Tribunais Superiores.

Parágrafo Único - A Coordenadoria poderá ser desmembrada em Cível e Criminal.

Seção III

Dos Centros de Apoio Operacional

Art. 74 - Os Centros de Apoio Operacional, com âmbito estadual de atuação, são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público.

Art. 75 - Os Centros de Apoio Operacional poderão ser instituídos e extintos por ato do Procurador-Geral de Justiça, possuindo, dentro das respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça propostas e sugestões para:

- a) elaboração da política institucional e de programas específicos;
- b) alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas;
- c) realização de convênios;
- d) realização de cursos, palestras e outros eventos;
- e) edição de atos e instruções tendentes a melhoria do serviço do Ministério Público;

II - responder pela execução dos planos e programas de sua área, em conformidade com as diretrizes fixadas;

III - acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal afetas às suas áreas;

IV - promover a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, inclusive para efeito de atuação uniforme, conjunta ou simultânea, quando cabível;

V - prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais;

VI - remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos de execução do Ministério Público, sem caráter vinculativo;

VII - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

VIII - zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados;

IX - prestar atendimento e orientação às entidades com atuação na sua área;

X - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público na sua área;

XI - exercer as demais funções estabelecidas pelo Procurador-Geral de Justiça e outras compatíveis com a sua finalidade.

Art. 76 - O Procurador-Geral de Justiça designará membros do Ministério Público para atuar em cada Centro de Apoio Operacional, bem como o seu Coordenador, dentre Procuradores de Justiça.

§ 1º - Além da direção caberá ao Coordenador, por delegação do Procurador-Geral de Justiça:

I - representar o Ministério Público nos órgãos afins perante os quais tenha assento, cabendo-lhe, especificamente, a representação da Instituição em segundo grau nas ações coletivas propostas pelas Promotorias Especiais de sua respectiva área;

II - manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses que lhe incumbe defender.

§ 2º - Para os efeitos das atribuições previstas no inciso I do parágrafo anterior, as intimações referentes aos processos respectivos deverão ser procedidas na pessoa do Procurador de Justiça designado, a quem estará afeta a atividade recursal.

§ 3º - Estagiários do Ministério Público poderão ser designados para atuar junto aos Centros de Apoio Operacional.

Seção IV

Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Art. 77 - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional visa o aprimoramento cultural e profissional dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem assim a melhor execução de seus serviços e racionalização do uso de seus recursos materiais, incumbindo-lhe:

I - instituir:

- a) cursos preparatórios de candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e de auxiliares do Ministério Público;
- b) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros do Ministério Público;

II - realizar e estimular qualquer tipo de atividade cultural ligada ao campo do direito e ciências correlatas;

III - promover, periódica, local e regionalmente, ciclos de estudos e pesquisas, reuniões, seminários e congressos, abertos à frequência de membros do Ministério Público e, excepcionalmente, a outros profissionais da área jurídica;

IV - apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se relacionem com o aprimoramento dos membros do Ministério Público;

V - manter intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

VI - editar publicações de assuntos jurídicos e correlatos.

Art. 78 - A Procuradoria Geral de Justiça poderá firmar convênios com entidades culturais ou de ensino jurídico para a realização das atividades referidas no artigo anterior.

Art. 79 - O Procurador-Geral de Justiça fixará a gratificação, por hora-aula ministrada, até o limite de cinco por cento do subsídio básico respectivo, aos membros do Ministério Público que integrem os cursos instituídos.

Art. 80 - Ato do Procurador-Geral de Justiça disciplinará a organização, funcionamento e demais atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Seção V

Da Comissão de Concurso

Art. 81 - A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, é constituída de membros do Ministério Público e de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e seu suplente, por esta indicados.

§ 1º - Os membros do Ministério Público junto à Comissão de Concurso e respectivos suplentes, serão eleitos pelo Conselho Superior, devendo a escolha recair paritariamente entre Procuradores e Promotores de Justiça da mais elevada entrância.

2º - Os integrantes do Conselho Superior, salvo o Procurador-Geral de Justiça, não participarão da Comissão de Concurso.

Art. 82 - Não poderão servir na Comissão de Concurso parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau de qualquer candidato, enquanto durar o impedimento.

Seção VI

Dos Órgãos de Apoio Administrativo

Art. 83 - Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, que será encaminhada à Assembleia Legislativa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta lei, deverá adequar o quadro próprio dos órgãos e serviços auxiliares da Procuradoria-Geral de Justiça, com cargos estruturados em carreira que atendam às suas peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades institucionais.

Seção VII

Dos Estagiários

Art. 84 - O estudante de direito dos três últimos anos do curso, ou semestres equivalentes, e o bacharel recém-formado, poderão ser designados pelo Procurador-Geral de Justiça, após habilitação em teste de seleção, para exercer encargos de auxiliares dos órgãos do Ministério Público.

§ 1º - O candidato instruirá requerimento com atestado de matrículas no curso jurídico, ou diploma de bacharel em direito.

§ 2º - A designação vigorará pelo prazo de um ano, podendo ser renovada, a critério do Procurador-Geral de Justiça, ou revogada a qualquer tempo.

§ 3º - O exercício da função vale como título para concurso de ingresso no serviço público estadual.

§ 4º - É vedado ao Estagiário o exercício da advocacia.

§ 5º - A orientação e avaliação periódica do desempenho do estagiário serão executadas pelo Órgão do Ministério Público junto ao qual servir.

§ 6º - A seleção, a investidura e o exercício da atividade de Estagiário serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Título II

DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS ESPECIAIS

Capítulo I

Da Carreira

Seção I

Do Provimento

Art. 85 - Os cargos do Ministério Público são vitalícios.

Art. 86 - A vitaliciedade somente será alcançada após dois anos de efetivo exercício.

Art. 87 - São requisitos para o ingresso na carreira:

I - a nacionalidade brasileira;

II - a conclusão de curso de bacharelado em Direito, em escola oficial ou reconhecida;

III - a quitação com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;

IV - o gozo dos direitos políticos;

V - a idoneidade moral e a inexistência de registro de antecedentes criminais;

VI - a aptidão física e mental.

Art. 88 - Os cargos da classe inicial serão providos por nomeação, em caráter vitalício, mediante concursos público de provas e títulos.

Art. 89 - Não serão nomeados os candidatos aprovados no concurso que venham a ser considerados inaptos para o exercício do cargo, em exame de higidez física e mental.

Art. 90 - A nomeação dos candidatos habilitados no concurso obedecerá a ordem de classificação.

§ 1º - Ao candidato aprovado assegurar-se-á a escolha do cargo para o qual deseja ser nomeado.

§ 2º - Se houver maior número de vagas que o de candidatos aprovados, o Procurador-Geral de Justiça organizará a lista das Promotorias que o interesse da Instituição indicar como preferenciais para o provimento imediato, limitando-as a número idêntico ao de candidatos aprovados.

Seção II

Do Concurso

Art. 91 - O concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público destina-se ao preenchimento de todas as vagas existentes e das que ocorrerem no prazo de sua eficácia.

Parágrafo Único - É obrigatória a abertura do concurso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira, e facultativa a juízo do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 92 - O concurso obedecerá ao regulamento elaborado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 93 - O edital de abertura do concurso fixará para as inscrições prazo não inferior a trinta dias, contados de sua publicação no Diário da Justiça do Estado e deverá conter o número de vagas, as condições para inscrição, os requisitos para o provimento do cargo, as matérias sobre as quais versarão as provas escritas e orais, bem como os títulos que o candidato poderá apresentar e os respectivos critérios de valoração.

Parágrafo Único - O edital será, ainda, publicado por duas vezes, por extrato, em jornal diário da Capital, de ampla circulação.

Art. 94 - O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior, decidirá sobre a homologação do concurso, dentro de trinta dias, contados da publicação do resultado final.

Seção III

Da Posse e do Exercício

Art. 95 - O prazo para a posse nos cargos do Ministério Público é de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, mediante requerimento formulado antes de findo o primeiro prazo.

§ 1º - O empossado prestará compromisso, em ato solene, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

§ 2º - O candidato nomeado deverá apresentar no ato de sua posse declaração dos seus bens.

Art. 96 - Para entrar no exercício do cargo, o empossado terá prazo de quinze dias.

Seção IV

Do Estágio Probatório e do Vitaliciamento

Art. 97 - O Estágio Probatório é o período dos dois primeiros anos de efetivo exercício no cargo pelo membro do Ministério Público.

§ 1º - Nesse período será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I - idoneidade moral;
- II - disciplina;
- III - dedicação ao trabalho;
- IV - eficiência;
- V - capacidade técnica.

§ 2º - O membro do Ministério Público em estágio probatório remeterá, trimestralmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para exame, cópias de trabalhos jurídicos apresentados, relatório e outras peças que possam influir na avaliação do seu desempenho funcional.

§ 3º - A permanência após o primeiro ano de exercício dependerá de deliberação do conselho Superior, mediante proposta do Corregedor-Geral, que apreciará cada um dos requisitos, podendo ser prorrogada por um trimestre.

§ 4º - A permanência ao final do segundo ano será declarada por ato do Procurador-Geral de Justiça, após deliberação favorável do Conselho Superior, observado o procedimento previsto no parágrafo anterior, que deverá iniciar-se com a apresentação da proposta do Corregedor-Geral sessenta dias antes de vencido o período.

§ 5º - Desfavorável a decisão do Conselho Superior, o interessado será cientificado, podendo ter vista do processo referente ao estágio e, no prazo de dez dias, apresentar defesa escrita.

§ 6º - A exoneração, se mantida a decisão desfavorável do Conselho Superior do Ministério Público, dar-se-á por ato do Procurador-Geral de Justiça.

§ 7º - A permanência declarada nos termos do parágrafo 4º, terá por efeito o vitaliciamento do membro do Ministério Público.

Art. 98 - Na fase prevista no parágrafo 4º, do artigo anterior, o Corregedor-Geral, de ofício ou a requerimento dos demais Órgãos Superiores da Administração ou de qualquer membro do Ministério Público, poderá apresentar impugnação ao vitaliciamento do Promotor de Justiça em estágio probatório.

§ 1º - A impugnação, acompanhada dos elementos instrutórios necessários, será apresentada ao Conselho Superior do Ministério Público, antes de escoado o biênio.

§ 2º - A impugnação, que acarretará a instauração de procedimento próprio, nos termos do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, terá por efeito a suspensão do exercício funcional do membro do Ministério Público em estágio probatório, e será decidida no prazo máximo de sessenta dias.

§ 3º - Da decisão do Conselho Superior caberá recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, que a apreciará em trinta dias.

§ 4º - Com ou sem defesa do membro do Ministério Público em estágio probatório, o Conselho Superior, após ordenar as diligências que entender necessárias, reexaminará, em dez dias, o processo de estágio, proferindo decisão definitiva, desfavorável, e não havendo recurso, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o ato de exoneração.

§ 5º - Durante a tramitação do procedimento de impugnação, o membro do Ministério Público perceberá subsídio integral, contando-se para todos os efeitos legais o tempo de suspensão do exercício funcional, no caso de vitaliciamento.

Art. 99 - Não serão computados, para fins de vitaliciamento, os períodos de afastamento, férias e licenças do membro do Ministério Público em estágio probatório.

Art. 100 - O membro do Ministério Público em estágio probatório está sujeito à pena de demissão nos casos previstos no artigo 169, inciso VII, aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça, após regular processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

Seção V

Das Promoções

Art. 101 - As promoções far-se-ão, alternada e voluntariamente, por antigüidade e merecimento, de uma para outra entrância e da mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça.

§ 1º - A promoção deverá ser realizada até trinta dias da abertura da vaga; não ocorrendo no prazo legal, a promoção produzirá efeitos a partir do seu termo final.

§ 2º - Para todos os efeitos, será considerado promovido o membro do Ministério Público que vier a falecer ou se aposentar sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antigüidade, ou por força do art. 109, § 2º, desta lei.

§ 3º - É facultada a recusa de promoção, sem prejuízo do critério de preenchimento da vaga recusada.

Art. 102 - Apurar-se-á a antigüidade na entrância e o merecimento pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira, com prevalência de critérios de ordem objetiva fixados em regulamento elaborado pelo Conselho Superior, observado o disposto no art. 113, desta lei.

§ 1º - À promoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público com pelo menos dois anos de exercício na entrância e integrantes da primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista triplíce, caso em que se completará a fração incluindo-se outros integrantes da entrância, na seqüência da ordem de antigüidade.

§ 2º - Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade de censura, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, ou de suspensão, no período de dois anos.

§ 3º - Será obrigatoriamente promovido o membro do Ministério Público que figurar por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, na lista de merecimento.

§ 4º - A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se para alcançá-la a tantas votações quantas necessárias, examinados em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior.

§ 5º - Não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá em membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo em caso de empate a antigüidade na entrância ou categoria, salvo se proferir o Conselho Superior delegá-la ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 103 - Não poderá concorrer à promoção por merecimento até um dia após o regresso, o membro do Ministério Público afastado da carreira para:

I - exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

II - exercer outro cargo público permitido por lei.

Art. 104 - Para efeito de promoção, entende-se por antigüidade o tempo de efetivo exercício na entrância.

§ 1º - Em caso de empate na antigüidade na entrância, terá preferência, sucessivamente:

I - o de maior tempo na carreira;

II - o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná;

III - o mais idoso.

§ 2º - Na indicação à promoção por antigüidade o Conselho Superior somente poderá recusar o mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, observado o disposto no artigo 23, inciso XI, alínea "e" e no artigo 32, § 2º, desta lei.

Art. 105 - A elevação de entrância da comarca não acarreta a promoção do respectivo Promotor de Justiça, ficando-lhe assegurado o direito de perceber a diferença de subsídio.

§ 1º - Quando da promoção, o Promotor de Justiça da comarca cuja entrância houver sido elevada, poderá

requerer, no prazo de dez dias, que a mesma se efetive na Promotoria onde se encontra, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º - A opção será indeferida, motivadamente, se contrária aos interesses do serviço.

§ 3º - Deferida, será expedido o competente ato e tornado sem efeito o anterior, contando-se da publicação deste a antigüidade na entrância.

Art. 106 - Verificada a vaga para promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo de dez dias, edital para preenchimento do cargo.

Art. 107 - Para cada vaga destinada ao preenchimento por promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

Art. 108 - Para afeição do merecimento, o conselho Superior do Ministério Público deverá levar em consideração:

I - a eficiência no desempenho das funções, verificada através das referências dos Procuradores de Justiça, dos elogios insertos em julgados dos Tribunais, na publicação de trabalhos forenses e nas observações feitas em correições e visitas de inspeção;

II - a pontualidade e a dedicação no cumprimento das obrigações funcionais, a atenção "as instruções dos órgãos superiores da administração, avaliadas pelos relatórios das suas atividades e pelas observações feitas nas correições e visitas de inspeção;

III - a operosidade e dedicação no exercício do cargo de Promotor de Justiça em toda a sua carreira;

IV - a presteza e segurança em suas manifestações processuais;

V - a atuação em comarca, durante a carreira, que tenha apresentado particular dificuldade ao exercício das funções;

VI - a contribuição à organização e melhoria dos serviços públicos ou de relevância pública, ou de assistência social;

VII - a conduta do Promotor de Justiça em vida pública e particular, o conceito de que goza na comarca segundo as observações feitas em correições, visitas de inspeção ou informações idôneas, e o mais que conste em sua ficha funcional;

VIII - o número de vezes que tenha participado de lista;

IX - aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos especializados, aproveitamento e cursos oficiais de preparação para ingresso ou promoção na carreira, publicações de livros, teses, estudos, artigos e obtenção de prêmios, relacionados com sua atividade funcional;

X - a freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos, de aproveitamento funcional;

XI - ter desempenhado funções de assessoramento junto aos órgãos superiores da administração.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, o Corregedor-Geral apresentará a sessão do Conselho Superior as fichas funcionais dos Promotores de Justiça que possam ser votados para compor a lista tríplice.

Seção VI

Das Remoções

Art. 109 - A remoção é qualquer deslocamento de lotação dentro da mesma entrância.

Art. 110 - As remoções obedecerão critério alternado de antigüidade e merecimento, a pedido singular ou por permuta, por opção ou compulsoriamente, no interesse do Ministério Público.

§ 1º - Ao provimento inicial e à promoção, precederá a remoção voluntária.

§ 2º - À remoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público que perfizerem seis meses de efetivo exercício na comarca em que são titulares, salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice.

Art. 111 - Verificada a vaga para remoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo de dez dias, edital para preenchimento do cargo.

Parágrafo Único - Publicado o ato que deu causa à vaga, o Procurador-Geral de Justiça receberá, até dez dias seguintes, os pedidos dos pretendentes.

Art. 112 - Para cada vaga destinada ao preenchimento para remoção expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga respectiva.

Art. 113 - A remoção por permuta far-se-á por pedido escrito em conjunto, formulado por ambos os pretendentes.

Parágrafo Único - A renovação da remoção por permuta só será permitida após o decurso de dois anos.

Art. 114 - Antes de apreciar os pedidos, ou inexistindo candidatos a remoção, o Conselho Superior do Ministério Público, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça, poderá, pelo voto de dois terços de seus membros, prover a vaga, através de remoção compulsória.

§ 1º - Assegurada ampla defesa, a remoção compulsória dar-se-á para comarca de igual entrância.

§ 2º - Inexistindo cargo disponível no momento em que se deva verificar a remoção compulsória, permanecerá o Promotor adido à Procuradoria Geral de Justiça até que ocorra vaga que lhe seja destinada, sem prejuízo do critério de remoção por antigüidade, relativamente aos demais integrantes da entrância.

Art. 115 - Não ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o Conselho Superior do Ministério Público deliberará sobre os pedidos de remoção.

§ 1º - No caso de antigüidade, será indicado, dentre os pretendentes, o mais antigo na entrância, salvo se recusado pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior.

§ 2º - A remoção por merecimento, a requerimento dos interessados, protocolado nos dez dias seguintes a publicação do edital, dependerá de lista tríplice, exceto quando não houver três ou mais pretendentes.

§ 3º - A remoção por merecimento, aplica-se no que couber, as disposições relativas à promoção por merecimento.

§ 4º - O edital será publicado no Diário da Justiça do Estado, concomitantemente com o ato de vacância.

§ 5º - É assegurado o direito de opção dos titulares de outras Promotorias de Justiça da mesma comarca pela que houver vagado, ou cuja comarca tenha sido extinta ou desmembrada por força da lei, ou tenha mudado de sede, se o manifestarem no prazo de oito dias, a contar da publicação do ato que deu causa ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antigüidade na comarca, e sempre no interesse do serviço.

Art. 116 - A remoção por permuta só será admitida quando conveniente ao serviço, em decisão fundamentada, ouvido o Corregedor-Geral.

§ 1º - Denegado pela maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, o pedido desde logo será arquivado.

§ 2º - Não será deferida a remoção, se qualquer dos interessados figurar na primeira quinta parte da lista de antigüidade.

Seção VI

Da Substituição por Convocação

Art. 117 - Ocorrendo licença, férias ou afastamento do titular do cargo junto à Procuradoria de Justiça, poderá o Procurador-Geral de Justiça convocar Promotor de Justiça para substituí-lo, dentre os da entrância mais elevada e indicados pelo Conselho Superior.

§ 1º - A substituição por convocação far-se-á exclusivamente pelo critério de merecimento, observado o mesmo procedimento para elaboração da lista de promoção.

§ 2º - O edital de chamamento dos interessados, com prazo de três dias, ao preenchimento do cargo vago deverá ser publicado em igual prazo, contado da data do deferimento do pedido de licença, gozo de férias ou afastamento.

Art. 118 - O prazo de convocação expira automaticamente com o retorno do Procurador de Justiça licenciado, em gozo de férias ou afastado.

Parágrafo Único - Quando o período de licença, gozo de férias ou afastamento for inferior a trinta dias, o Procurador-Geral de Justiça poderá fazer a convocação do remanescente mais antigo de lista de promoção por merecimento, que será previamente consultado sobre a sua concordância.

Art. 119 - É vedada a redistribuição, ao Promotor de Justiça convocado, de processos com prazo para oficiar já iniciado ou findo.

Art. 120 - Finda a convocação, o Promotor de Justiça continuará vinculado aos processos que recebeu mediante distribuição, vedada a sua devolução sem a prática do ato que lhe incumbia.

Seção XIII

Dos Afastamentos

Art. 121 - Sem prejuízo do subsídio, vantagens, ou qualquer direito, o membro do Ministério Público poderá afastar-se de suas funções para:

I - comparecer a encontros ou congressos, no âmbito da instituição ou promovidos pela entidade de classe a que pertença;

II - frequentar cursos, seminários ou eventos correlatos, no País ou no exterior, por prazo não superior a dois anos;

III - comparecer a congressos, no País ou no exterior;

IV - ministrar aulas ou exposições em cursos ou correlatos, destinados ao aperfeiçoamento dos membros da Instituição;

V - proferir palestras ou participar, de qualquer modo, de eventos culturais, a convite de pessoas ou entidades de reconhecida respeitabilidade e reputação;

VI - exercer cargo eletivo nos casos previstos em lei ou a ele concorrer;

VII - exercer o cargo de diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, ou cargo de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares;

VIII - realizar atividade de relevância para a Instituição por designação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º - O afastamento só se dará mediante autorização do Procurador-Geral de Justiça, atendida a necessidade do serviço.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos II e III a autorização do Procurador-Geral de Justiça dependerá da manifestação favorável do Conselho Superior.

§ 3º - Os casos de afastamento previstos neste artigo dar-se-ão sem prejuízo do subsídio, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo, assegurada, em caso do inciso VI, a escolha da remuneração preferida.

§ 4º - Não se considera de efetivo exercício, para fins de estágio probatório, o período de afastamento do membro do Ministério Público.

§ 5º - O Membro do Ministério Público que tiver se afastado para frequentar curso, no País ou no Exterior, e vier a se exonerar do cargo dentro de prazo equivalente ao da sua duração, deverá ressarcir o Estado com o pagamento de seu subsídio por dia de afastamento, mais as despesas de custeio.

§ 6º - O membro do Ministério Público deverá apresentar relatório do curso, seminário ou evento correlato que tiver participado e, a juízo do Conselho Superior, outras formas de aferição do seu aproveitamento.

Seção IX

Da Reintegração

Art. 122 - A reintegração, que decorrerá de decisão judicial passada em julgado, é o reingresso do membro do Ministério Público na carreira, com ressarcimento do subsídio e vantagens deixados de perceber em razão da demissão, devidamente atualizados, computando-se, para todos os efeitos legais, o tempo correspondente ao afastamento.

§ 1º - Achando-se provido o cargo no qual será reintegrado o membro do Ministério Público, o seu ocupante passará à disponibilidade até aproveitamento obrigatório na primeira vaga que venha a ocorrer na entrância ou categoria respectiva.

§ 2º - O membro do Ministério Público reintegrado será submetido a inspeção médica e, se considerando incapaz, aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivadas a reintegração.

Seção X

Da Reversão

Art. 123 - A reversão é o reingresso na carreira do membro do Ministério Público aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á de ofício ou a pedido, em vaga a ser preenchida por merecimento, na entrância a que pertencia o aposentado.

§ 2º - A reversão de ofício dar-se-á quando for declarada, por junta médica oficial, insubsistente a causa da aposentadoria por invalidez.

§ 3º - A reversão a pedido será feita no mesmo cargo anteriormente ocupado pelo aposentado ou em cargo equivalente, e dependerá das seguintes condições:

I - manifestação favorável do Conselho Superior do Ministério Público;

II - inexistência de candidato aprovado em concurso, quando se tratar de reversão para cargo de classe inicial da carreira;

III - ter sido requerida até cinco anos depois da aposentadoria.

§ 4º - Será contado com o tempo de serviço, para todos os efeitos legais, o período entre a aposentadoria e a reversão, se aquela tiver sido causada por erro administrativo, para o qual não haja concorrido o aposentado.

§ 5º - A reversão será condicionada ao resultado da inspeção médica exigida.

§ 6º - O membro do Ministério Público que houver revertido somente poderá ser promovido após o interstício de dois anos de efetivo exercício, contado da data da reversão, aplicando-se, no que couber, o previsto no artigo 110, desta lei.

§ 7º - O membro do Ministério Público que obteve sua reversão a pedido não poderá ser aposentado novamente sem que tenham decorridos três anos de exercício, salvo se a aposentadoria for por motivo de saúde.

Seção XI

Do Aproveitamento

Art. 124 - O aproveitamento é o retorno à atividade funcional do membro do Ministério Público em disponibilidade, em cargo idêntico ao anteriormente ocupado.

Art. 125 - Ocorrendo a vaga, o aproveitamento é obrigatório.

§ 1º - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o membro do Ministério Público não entrar em exercício no prazo legal, salvo motivo justificado.

§ 2º - O membro do Ministério Público será aproveitado no órgão de execução que ocupava quando colocado em disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual entrância ou categoria, ou se for promovido.

§ 3º - Inexistindo vaga o aproveitamento será colocado à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 4º - Em caso de extinção do cargo ou mudança de sede da Promotoria de Justiça, ao membro do Ministério Público em disponibilidade será facultado o seu aproveitamento em vaga da entrância a que pertencer, a ser provida pelo critério de merecimento, concorrendo com os demais interessados.

§ 5º - Ao retomar à atividade, o interessado será submetido a inspeção médica e, se considerado incapaz, aposentado compulsoriamente com as vantagens a que teria se efetivado o seu retorno.

Seção XII

Da Readmissão

Art. 126 - A readmissão é o reingresso, em cargo inicial da carreira, do membro do Ministério Público exonerado a pedido, sem qualquer ônus para a Instituição, a juízo do Conselho Superior, pelo voto de dois terços dos seus membros, observado o seguinte:

I - existir vaga e não haver previsão de realização de concurso, nos termos do parágrafo único, do artigo 91, desta Lei;

II - ter sido o concurso realizado pelo interessado há menos de quatro anos;

III - ser requerida até dois anos após a exoneração;

IV - ser o interessado considerado capaz em inspeção médica.

Parágrafo único - O tempo de serviço anterior do readmitido não será computado para o efeito de antiguidade na carreira e de sua colocação no quadro respectivo.

Capítulo II

DOS DIREITOS

Seção I

DA DISPONIBILIDADE

Art. 127 - Os membros vitalícios do Ministério Público serão colocados em disponibilidade:

I - na hipótese do artigo 127, § 1º, parte final, desta lei;

II - por opção, em caso de extinção do órgão de execução, da comarca ou mudança da sede da promotoria de Justiça.

Art. 128 - A disponibilidade confere ao membro do Ministério Público o direito à percepção de subsídio e vantagens integrais e à contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

Art. 129 - O membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer.

Seção II

Das Férias

Art. 130 - Os membros do Ministério Público terão direito a férias cujo gozo, salvo necessidade de serviço, deverá coincidir com as férias coletivas dos magistrados.

Parágrafo Único - Os períodos de gozo de férias dos membros do Ministério Público, que oficiem perante Tribunais, deverão ser simultâneos com os das férias coletivas destes, salvo motivo relevante ou de interesse do serviço.

Art. 131 - No interesse do serviço do Procurador-Geral de Justiça poderá adiar ou interromper o período de férias de qualquer membro do Ministério Público, observando o critério de antigüidade, pela ordem inversa, sucessivamente.

Parágrafo Único - O período de férias não gozado poderá ser usufruído em outra oportunidade, dentro de dois anos, de acordo com a conveniência da Instituição, a critério do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 132 - As férias não poderão ser gozadas enquanto o membro do Ministério Público não oficial nos feitos que haja recebido com vista e desde que os respectivos prazos terminem antes do início das mesmas.

§ 1º - Ao afastar-se das funções, o interessado deverá comunicar ao Procurador-Geral de Justiça que não reteve, nem devolveu processo, com prazo para oficial esgotado, sem a prática do ato que lhe competia.

§ 2º - A inobservância do disposto neste artigo dará causa à imediata suspensão das férias indevidamente iniciadas.

Art. 133 - O direito a férias será adquirido após o primeiro ano de exercício.

Seção III

Das Licenças

Art. 134 - Conceder-se-á licença:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença de pessoa da família;

III - à gestante;

IV - paternidade;

V - pela adoção ou obtenção de guarda judicial de criança, até trinta dias;

VI - em caráter especial;

VII - para casamento, até oito dias;

VIII - por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, até oito dias;

IX - para o desempenho de mandato de presidente de entidade representativa de classe, de âmbito estadual ou nacional.

§ 1º - O membro do Ministério Público licenciado não poderá exercer qualquer de suas funções, ou outra de natureza pública ou particular.

§ 2º - Salvo contra-indicação médica, o membro do Ministério Público licenciado deverá oficial nos autos que tiver recebido, com vista, antes da licença.

§ 3º - O membro do Ministério Público em licença para desempenho de mandato classista não poderá concorrer à promoção por merecimento.

§ 4º - A licença prevista no inciso X terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

§ 5º - As licenças serão sempre com subsídio integral, contados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o respectivo período.

Art. 135 - O requerimento de licença para tratamento de saúde deverá ser instruído com atestado médico contendo declaração expressa do tempo necessário ao tratamento.

Parágrafo Único - A licença para tratamento de saúde, por prazo superior a trinta dias, bem como as prorrogações que importem em licença por período ininterrupto, também superior a trinta dias, dependem de inspeção por junta médica.

Art. 136 - O membro do Ministério Público poderá obter licença por motivo de doença em ascendente,

descendente, cõnjuge, companheiro, irmão ou dependente, desde que indispensável sua assistência pessoal e permanente ao enfermo.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça fará expedir a competente resolução, à vista do laudo de inspeção de saúde e das informações prestadas por membro do Ministério Público.

§ 2º - A licença terá duração de até três meses, podendo ser renovada por igual período e, a partir de então, mensalmente.

Art. 137 - Ao membro do Ministério Público é assegurada licença especial de três meses a cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, com o subsídio do cargo.

§ 1º - Para os efeitos do previsto no caput deste artigo não se considerará interrupção de serviço:

I - os afastamentos previstos no artigo 126, desta lei;

II - o período de férias e de trânsito;

III - a licença para casamento;

IV - a licença por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros;

V - a licença para tratamento de saúde, até seis meses;

VI - a licença por motivo de doença de pessoa da família, até três meses;

VII - licença maternidade ou paternidade;

VIII - o afastamento em razão de disponibilidade remunerada exceto quando decorrente de punição.

§ 2º - O tempo de licença-prêmio não gozada pelo membro do Ministério Público será computada em dobro, se o requerer o interessado, para todos os efeitos legais.

§ 3º - O acréscimo ao acervo, de serviço público previsto no parágrafo anterior não será computado como interstício, na entrância, para a efeito de promoção e remoção.

Art. 138 - As licenças para repouso da gestante, casamento, luto, paternidade e outras com subsídio integral, serão concedidas pelo Procurador-Geral de Justiça, a requerimento do interessado.

Parágrafo Único - As licenças do Procurador-Geral de Justiça serão concedidas pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 139 - O membro vitalício do Ministério Público poderá afastar-se do exercício do cargo, por prazo não superior a dois anos, improrrogável e sem subsídio, para tratar de interesses particulares.

Parágrafo Único - A qualquer tempo poderá o membro do Ministério Público desistir da licença.

Seção IV

Do Subsídio e Vantagens Legais

Art. 140 - O subsídio dos membros do Ministério Público será fixado com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância ou categoria.

§ 1º - Para efeito de fixação de subsídio, o Promotor Substituto é considerado de categoria imediatamente inferior a do Promotor de Justiça de entrância inicial.

§ 2º - O subsídio dos Promotores de Justiça Substitutos de Segundo Grau serão equivalentes àqueles percebidos pelo membro do Ministério Público em exercício de funções de 2ª Instância.

§ 3º - O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de subsídio entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 141 - Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens;

I - ajuda de custo, em casos de promoção ou remoção, salvo no caso de remoção por permuta, que importe em mudanças de domicílio, até o limite correspondente a um mês de subsídio do cargo, considerando, na primeira hipótese, o cargo anterior;

II - diárias, por serviço eventual fora da sede, de valor equivalente a um trinta avos do subsídio, para atender às despesas de locomoção, alimentação e pousada;

III - salário-família, conforme dispuser a lei;

IV - auxílio moradia, nas comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público.

V - gratificação adicional de férias, correspondente a pelo menos 1/3 (um terço) do subsídio do respectivo período de gozo, a ser paga junto com o subsídio do mês anterior.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça arbitrará os valores das vantagens previstas nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º - A diária será paga em dobro quando se tratar se deslocamento para fora do Estado.

§ 3º - As diárias serão limitadas ao máximo de dez por mês, salvo determinação do Procurador-Geral de Justiça.

VI - gratificação de direção, correspondente a dez por cento (10%) do subsídio do respectivo cargo, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e ao Corregedor-Geral do Ministério Público; e, correspondente ao cinco por cento (5%) do subsídio do respectivo cargo, ao Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público;

VII - gratificação de assessoramento superior, correspondente a dez por cento (10%) do subsídio do respectivo cargo, aos Promotores de Justiça em exercício de funções de assessoria do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 142 - Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a 01 (um) mês de subsídio ou proventos percebidos pelo falecido.

§ 1º - Na falta das pessoas enumeradas, quem houver custeado o funeral do membro do Ministério Público será ressarcido da despesa efetuada, até o montante a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º - A despesa correrá pela dotação própria do cargo e o pagamento será efetuado pela repartição pagadora, mediante a apresentação da certidão de óbito e, no caso do parágrafo anterior, dos comprovantes de despesa.

Art. 143 - Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no artigo 7º, incisos XVIII e XIX, da Constituição Federal, e as demais vantagens de caráter geral, atribuídas ao funcionalismo civil do Estado.

Seção V

Da Aposentadoria e da Pensão

Art. 144 - O membro do Ministério Público será aposentado, com proventos integrais nas hipóteses previstas nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - Ao completar a idade limite para permanência no serviço, o membro do Ministério Público afastar-se-á do exercício de suas funções, comunicando o seu afastamento ao Procurador-Geral de Justiça, para formalização de sua aposentadoria.

§ 2º - A aposentadoria por invalidez será concedida mediante comprovação da incapacidade física ou mental do membro do Ministério Público e precedida de licença para tratamento de saúde por vinte e quatro meses contínuos, salvo se o laudo médico concluir, desde logo, pela incapacidade definitiva para o exercício do cargo.

§ 3º - Não terá efeito interruptivo do prazo previsto no parágrafo anterior qualquer período de exercício das funções inferior a trinta dias.

Art. 145 - Os proventos de aposentadoria, que corresponderão à totalidade do subsídio percebido no serviço ativo a qualquer título, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar o subsídio dos membros do Ministério Público em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos àqueles, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo Único - Os proventos dos membros do Ministério Público aposentados serão pagos na mesma ocasião em que o forem o subsídio dos membros do Min-

istério Público em atividade, figurando em folha de pagamento expedida pelo Ministério Público.

Art. 146 - Para efeito de aposentadoria, será computado integralmente o tempo de serviço de qualquer natureza, inclusive o militar, prestado à União, ao Estado, ao Município, e às respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista de que sejam controladores, bem como às empresas, instituições, estabelecimentos e outras entidades ou serviços que hajam total ou parcialmente passado à responsabilidade do Estado.

Parágrafo Único - O tempo de serviço prestado em atividade privada será computado para o efeito de aposentadoria na forma do artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Art. 147 - O membro do Ministério Público aposentado conservará as prerrogativas no art. 152, incisos III, IV, V, VI e VII, desta lei.

Art. 148 - A pensão por morte, devida pelo órgão previdenciário aos dependentes de membros do Ministério Público, corresponderá à totalidade do subsídio ou proventos do falecido, observado o limite estabelecido em lei e assegurada a revisão do benefício, na forma do art. 150, desta lei.

Parágrafo Único - A pensão obrigatória não impedirá a percepção de benefícios decorrentes de contribuição voluntária para qualquer entidade de previdência.

Art. 149 - Para os fins desta Seção e da anterior, equipara-se à esposa a companheira, nos termos da lei.

Capítulo III

Das Garantias e Prerrogativas

Art. 150 - Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior do Ministério Público, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

III - irredutibilidade de subsídio, observado, quanto à remuneração, o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por decisão judicial transitada em julgado, proferida, em ação civil própria, nos seguintes casos:

I - prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado;

II - exercício da advocacia;

III - abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

§ 2º - A ação civil para decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores de Justiça, na forma desta lei.

§ 3º - O membro do Ministério Público inativo ou em disponibilidade sujeitar-se-á, nos casos previstos no § 1º, quando ocorridos no exercício do cargo ou função, à cassação de aposentadoria ou disponibilidade respectivas.

Art. 151 - Os membros do Ministério Público são independentes no exercício de suas funções.

Art. 152 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual:

I - ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou autoridade competente;

II - não estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, exceto se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

III - não ser preso senão por ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade, sob pena de responsabilidade e relaxamento da prisão, fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;

IV - ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional;

V - ser custodiado ou recolhido a prisão domiciliar ou a sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

VI - ter assegurado o direito de acesso, retificação e complementação dos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos da Instituição;

VII - exercer os direitos relativos à livre associação sindical.

Art. 153 - Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, além de outras previstas nas Constituições Federal e Estadual:

I - receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado a membros do Poder Judiciário;

II - não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

III - ter vista dos autos após distribuição aos Grupos ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

IV - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

V - gozar de imunidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentais, nos limites de sua independência funcional;

VI - ingressar e transitar livremente:

a) na sala das sessões dos Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada dos Magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimento de internação coletiva;

c) em qualquer recinto público ou privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio;

VII - examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos de processos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

VIII - examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade podendo copiar peças, tomar apontamentos ou adotar outras providências;

IX - ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade;

X - usar as vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público;

XI - tomar assento à direita dos Juizes de primeiro grau ou do Presidente do Tribunal, Grupo ou Câmara;

XII - ter acesso a quaisquer documentos ou registros relativos à atividade policial;

XIII - requisitar à autoridade competente a abertura de sindicância ou inquérito sobre a omissão ou fato ilícito ocorridos no exercício da atividade policial, acompanhar ditas investigações e produzir provas;

XIV - requisitar informações, a serem prestadas em quarenta e oito horas, sobre inquérito policial não ultimado no prazo legal, podendo requisitar a imediata remessa do mesmo, no estado em que se encontre;

XV - requisitar a prestação de auxílio ou colaboração por parte das autoridades administrativas, policiais e seus agentes;

XVI - estacionar veículo automotor em áreas destinadas a órgãos do Poder Público, quando em serviço, desde que apresente carteira de identidade funcional.

Parágrafo Único - Quando, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Art. 154 - Os membros do Ministério Público terão carteira funcional expedida pelo Procurador-Geral de Justiça, valendo como cédula de identidade em todo o território nacional e porte de arma, independentemente, neste caso, de qualquer ato formal de licença ou autorização.

§ 1º - Ao membro do Ministério Público aposentado é assegurada, em razão das funções que exerceu, a carteira de identidade funcional, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo.

§ 2º - A carteira de identidade funcional do aposentado por incapacidade mental não valerá como licença para porte de arma, e doença mental, posteriormente constatada, autorizará o cancelamento da licença.

Capítulo IV

Da Disciplina

Seção I

Dos Deveres e Vedações

Art. 155 - Os membros do Ministério Público devem exercer suas funções com zelo e probidade, observando o decoro pessoal, as normas que regem a sua atividade e, especialmente:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - cumprir os prazos processuais e dos serviços ao seu cargo, não os excedendo sem justo motivo;

III - indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;

IV - guardar segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função;

V - velar por suas prerrogativas institucionais e processuais;

VI - prestar informações solicitadas pelos órgãos da instituição;

VII - acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da administração superior do Ministério Público;

VIII - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais quando for obrigatória a sua presença ou assistir a outros quando conveniente ao interesse do serviço;

IX - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei, comunicando ao Procurador-Geral de Justiça os motivos de natureza íntima da suspeição e os do impedimento;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis face à irregularidade que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - representar ao Procurador-Geral de Justiça sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições;

XII - tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão do serviço;

XIII - residir, se Promotor titular, na respectiva comarca, e se Procurador de Justiça, no local da sede da Procuradoria-Geral de Justiça;

XIV - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer às reuniões dos órgãos colegiados da instituição aos quais pertencer;

XVII - prestar assistência judiciária aos necessitados, onde houver órgãos próprios.

Art. 156 - É vedado aos membros do Ministério Público:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II - exercer a advocacia;

III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

VI - manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

VII - integrar, sem autorização do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, comissões de sindicância ou de processo administrativo estranhos ao Ministério Público.

Parágrafo Único - Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso IV, deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público, em entidades de representação de classe e o exercício de cargos de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares.

Seção II

Dos Impedimentos e Suspeições

Art. 157 - Os impedimentos e as suspeições dos membros do Ministério Público são os previstos em lei.

Seção III

Da Inspeção e das Correições

Art. 158 - Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Parágrafo Único - Verificada falha na atuação do membro do Ministério Público o Corregedor-Geral adotará as providências cabíveis. As referências elogiosas serão lançadas em seus assentamentos funcionais.

Art. 159 - Os serviços do Ministério Público estão sujeitos a correições, que serão:

- I - ordinárias;
- II - extraordinárias.

Art. 160 - As correições ordinárias serão realizadas pela Corregedoria-Geral para verificar a regularidade do serviço, a eficiência e a pontualidade dos membros do Ministério Público no exercício das funções.

§ 1º - A correição ordinária será feita pela Corregedoria-Geral, ao menos uma vez por biênio, em cada Promotoria ou Procuradoria de Justiça.

§ 2º - Para as correições ordinárias nas Procuradorias de Justiça serão formadas comissões de Procuradores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Corregedor-Geral, que serão presididas pelo mais antigo no cargo.

Art. 161 - As correições extraordinárias serão realizadas pessoalmente pelo Corregedor-Geral ou Subcorregedor-Geral, de ofício ou por determinação dos órgãos da administração superior do Ministério Público.

Art. 162 - Concluída a correição, o Corregedor-Geral apresentará relatório circunstanciado em que mencionará o grau de zelo, eficiência e capacidade intelectual do membro do Ministério Público e, se for o caso, as falhas observadas e as providências adotadas, propondo as medidas de caráter disciplinar ou administrativo cabíveis.

Seção IV

Das Sanções

Art. 163 - Os membros do Ministério Público são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

- I - advertências;
- II - multa;
- III - censura;
- IV - suspensão;
- V - disponibilidade com subsídio proporcional;
- VI - demissão.

Art. 164 - As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

- I - a de advertência, reservadamente e por escrito, nos casos de:
 - a) desídia e negligência no exercício das funções;
 - b) desobediência às determinações e instruções dos órgãos da administração superior do Ministério Público;
 - c) prática de ato reprovável.
- II - a de multa, de 1/30 (um trinta avos) do respectivo subsídio, por falta injustificada do membro do Ministério Público a ato processual em que for obrigatória a sua presença ou a sessão de colegiado a que pertença e a eleições no âmbito da Instituição;

III - a de censura, reservadamente e por escrito, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência, ou descumprimento de dever legal;

IV - a de suspensão, até quarenta e cinco dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com censura;

V - a de suspensão, de quarenta e cinco a noventa dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com suspensão até quarenta e cinco dias, e mais os seguintes:

- a) inobservância das vedações impostas por esta Lei, não sujeitas à demissão;
- b) incontinência pública e escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade da Instituição;
- c) afastamento não autorizado por prazo superior a cinco dias e não excedente a trinta dias;
- d) revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função;

VI - a de disponibilidade com subsídio proporcional, no curso de ação penal ou ação civil de perda do cargo, sempre que o recomendar o interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, em processo administrativo, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, assegurada ampla defesa;

VII - a de demissão, na hipótese do artigo 105.

§ 1º - A suspensão importa, enquanto durar, na perda do subsídio e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa e não podendo ter início durante o gozo de férias ou licença.

§ 2º - Considera-se reincidente, para os efeitos desta Lei, a prática de nova infração, dentro de quatro anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

§ 3º - A pena de multa será recolhida ao Tesouro Estadual, como renda eventual.

Art. 165 - Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço ou à dignidade da Instituição ou da Justiça.

Art. 166 - As penas de demissão de membro não vitalício do Ministério Público, disponibilidade com subsídio proporcional, suspensão, censura, multa e advertência, serão impostas mediante processo administrativo disciplinar.

Art. 167 - Compete ao Procurador-Geral de Justiça aplicar as penas previstas no artigo 169.

Seção V

Da Prescrição

Art. 168 - Prescreverá:

I - em um ano, a falta punível com advertência, multa ou censura;

II - em dois anos, a falta punível com suspensão;

III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo Único - A falta, também prevista na lei penal como crime, prescreverá juntamente com este.

Art. 169 - A prescrição começa a correr:

I - no dia em que a falta for cometida;

II - do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas faltas continuadas ou permanentes;

Parágrafo Único - Interrompem a prescrição a instauração do processo administrativo e a citação para ação de perda do cargo.

Seção VI

Da Sindicância

Art. 170 - A sindicância é o procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de falta disciplinar ou infração para instauração de processo administrativo.

Art. 171 - A instauração da sindicância será determinada pelo Corregedor-Geral mediante resolução, em que designará membro vitalício do Ministério Público ou Comissão para realizá-la, sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou falta funcional.

§ 1º - À sindicância poderá, motivadamente, ser atribuído caráter reservado.

§ 2º - A comissão será presidida pelo Corregedor-Geral ou, por delegação deste, pelo Subcorregedor-Geral, e composta de integrantes da carreira de classe igual ou superior à do sindicato.

Art. 172 - O prazo para a conclusão da sindicância e apresentação do relatório final é de trinta dias, prorrogável, motivadamente, no máximo por igual tempo.

Art. 173 - O sindicante ou a comissão procederá à instrução da sindicância podendo ouvir o sindicato e testemunhas, requisitar perícias e documentos e promover diligências, sendo-lhe facultado o exercício das prerrogativas outorgadas ao Ministério Público por esta lei, para instruir procedimentos administrativos.

Art. 174 - O sindicante ou a comissão emitirá parecer conclusivo pelo arquivamento da sindicância ou pela instauração de processo administrativo.

Parágrafo Único - O parecer que concluir pela instauração do processo administrativo disciplinar formulará a súmula de acusação, que conterá a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração.

Seção VII

Do Processo Administrativo

Art. 175 - O processo administrativo disciplinar, instaurado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, será contraditório, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

§ 1º - A resolução que instaurar processo administrativo disciplinar designará comissão composta de três membros escolhidos dentre os integrantes da carreira, vitalícios e de entrância igual ou superior à do acusado, indicará o presidente, mencionará a sua finalidade e o fato imputado, com a reprodução, quando for o caso, da súmula a que se refere o parágrafo único, do artigo 174, desta Lei, desta Lei.

§ 2º - Não poderá participar da comissão de processo administrativo quem tenha sido o sindicante do fato ou integrado a precedente comissão de sindicância, exceto o Corregedor-Geral do Ministério Público.

§ 3º - As publicações relativas a processo administrativo disciplinar conterão o respectivo número, omitido o nome do acusado, que será cientificado prévia e pessoalmente.

Art. 176 - O prazo para a conclusão do processo administrativo e apresentação do relatório final é de noventa dias, prorrogável, no máximo, por tinta dias, contados da publicação da decisão que o instaurar.

Art. 177 - A citação será pessoal, com entrega de cópia da resolução, do relatório final da sindicância ou da representação, da súmula da acusação e das suas provas, cientificando-se o acusado do dia, hora e local do interrogatório, e do prazo de dez dias para oferecimento de defesa preliminar e indicação de provas.

Art. 178 - Havendo prova da infração e indícios de sua autoria, a comissão poderá propor ao Procurador-Geral de Justiça, fundamentadamente, o afastamento preventivo do indiciado sem prejuízo de seu subsídio e demais vantagens pecuniárias, quando sua permanência for inconveniente ao serviço ou prejudicial à apuração dos fatos.

§ 1º - O afastamento de que trata este artigo não ocorrerá quando ao fato imputado forem aplicáveis somente as penas de advertência, multa ou de censura.

§ 2º - O afastamento não ultrapassará o prazo de cento e vinte dias.

§ 3º - O período de afastamento será considerado como de serviço efetivo, para todos os efeitos.

Art. 179 - Encerrada a fase probatória, o Presidente da comissão abrirá vista dos autos ao acusado para oferecer razões finais, no prazo de quinze dias.

Art. 180 - Havendo mais de um acusado, os prazos para defesa serão comuns e em dobro.

Art. 181 - Em qualquer fase do processo, será assegurada à defesa a extração de cópia das peças dos autos.

Art. 182 - Finda a instrução, a comissão, no prazo de quinze dias, remeterá o processo ao Procurador-Geral de Justiça, com o relatório do que for apurado, opinando pela absolvição ou punição do acusado, indicando neste caso os dispositivos infringidos.

Parágrafo Único - Havendo elementos, a comissão deverá sugerir a instauração de outro processo e apontar providências complementares de interesse da Instituição.

Art. 183 - Recebendo o processo administrativo disciplinar o Procurador-Geral de Justiça, no prazo de dez dias:

I - decidirá pelo seu arquivamento, ou pela aplicação das sanções cabíveis;

II - determinará novas diligências, se considerar conveniente esclarecimentos complementares, caso em que, efetivadas, proceder-se-á de acordo com os artigos 184 e 185, desta lei;

III - solicitará ao Colégio de Procuradores de Justiça autorização para a proposição de ação civil visando à:

a) decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público;

b) cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 184 - A intimação da decisão será sempre pessoal.

Art. 185 - Dos atos, termos e documentos do processo administrativo disciplinar extrair-se-ão cópias, que formarão autos suplementares.

Seção VIII

Dos Recursos

Art. 186 - Caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Colégio de Procuradores de Justiça:

I - da decisão do afastamento preventivo, nos casos do artigo 183 e parágrafos, desta Lei;

II - da decisão do Procurador-Geral de Justiça que aplicar sanção disciplinar;

III - da decisão do Conselho Superior do Ministério Público sobre disponibilidade ou remoção de membro do Ministério Público, fundada em interesse público, prevista no inciso VIII, do artigo 32, desta Lei;

IV - da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que fizer a indicação prevista na 2ª parte, do § 2º, do artigo 32 desta lei;

V - da decisão que não conceder reabilitação.

Art. 187 - O prazo para recorrer será de quinze dias, a contar da intimação da decisão.

Art. 188 - Estão impedidos de participar do processo e julgamento do recurso:

I - o Procurador-Geral de Justiça;

II - o Corregedor-Geral do Ministério Público;

III - os membros do Ministério Público que tenham oficiado na sindicância ou integrado a comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 189 - Os recursos serão processados e julgados no prazo de quarenta e cinco dias.

Art. 190 - Aplicam-se subsidiariamente, ao processo administrativo disciplinar, as normas do Código de Processo Penal.

Seção IX

Da Revisão do Processo Administrativo

Art. 191 - Cabe, em qualquer tempo, a revisão do processo de que houver resultado a imposição de penalidade administrativa, quando:

I - forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar inocência ou de justificar a imposição de sanção mais branda;

II - a sanção se tenha fundado em prova falsa;

Parágrafo Único - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 192 - A instauração do processo de revisão poderá ser requerida ao Procurador-Geral de Justiça pelo interessado ou, se falecido, pelo seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão, bem como provocada, de ofício, por qualquer dos órgãos da administração superior do Ministério Público.

Art. 193 - Admitida a revisão, o Procurador-Geral de Justiça encaminhará o pedido à Corregedoria-Geral do Ministério Público para seu processamento, no prazo de quarenta e cinco dias, findo o qual o submeterá ao Colégio de Procuradores de Justiça para julgamento em trinta dias.

§ 1º - A revisão terá o rito do processo administrativo disciplinar.

§ 2º - Não poderá integrar a comissão revisora quem haja atuado em qualquer fase do processo revisando.

Art. 194 - Julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a sanção aplicada, com o restabelecimento, em sua plenitude, dos direitos por ela atingidos, exceto se for o caso de aplicação de penalidade menor.

Seção X

Da Reabilitação

Art. 195 - O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura, poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos, decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que se aplicou, desde que, neste período, não haja sofrido outra punição disciplinar.

Parágrafo Único - Do deferimento haverá reexame necessário pelo Colégio de Procuradores de Justiça, e do indeferimento caberá recurso.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 196 - Os membros do Ministério Público, nomeados até 4 de outubro de 1988, deverão exercer o direito de opção entre o novo regime jurídico e o anterior à promulgação da Constituição Federal, quanto às garantias, vantagens e vedações do cargo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei.

Parágrafo Único - Será permitida a retratação no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da opção.

Art. 197 - Cabe ao Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizar o afastamento da carreira do membro do Ministério Público, que tenha exercido a opção pelo regime anterior, para exercer cargo, emprego ou função de relevância na Administração Pública.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo será pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovada pelo Procurador-Geral de Justiça, após a manifestação favorável do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º - O período de afastamento previsto neste artigo será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, salvo para remoção ou promoção por merecimento.

Art. 198 - O Procurador-Geral de Justiça deverá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, instituir, por ato próprio, as Procuradorias e Promotorias de Justiça e o órgão de controle de atividade policial, em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 8.625, de 12.02.93, e nesta Lei, e encaminhar ao Poder Legislativo proposta de criação dos cargos administrativos para os seus serviços auxiliares.

§ 1º - O ato de instituição e organização das Procuradorias de Justiça deverá ter a aprovação prévia do Colégio de Procuradores de Justiça e conter o seguinte:

I - a denominação, ordinalmente, das Procuradorias de Justiça e o detalhamento da respectiva área de atuação;

II - o número de cargos de Procuradores de Justiça que integrarão cada uma das Procuradorias de Justiça;

III - as normas de organização interna e de funcionamento.

§ 2º - O ato de instituição e organização das Promotorias de Justiça observará o contido nos incisos do parágrafo anterior.

§ 3º - O preenchimento dos cargos de cada Procuradoria e Promotoria de Justiça será feito por opção, observado o critério de antiguidade, salvo quando não houver interessado, caso em que haverá provimento por promoção.

Art. 199 - Para exercer as funções junto à Justiça Eleitoral, os membros do Ministério Público serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, alternadamente, a cada ano, observada a ordem de antiguidade, salvo se na comarca onde se situar a zona eleitoral houver um único cargo de Promotor de Justiça.

Art. 200 - São aplicáveis, subsidiariamente, aos membros do Ministério Público as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União e as disposições gerais referentes aos funcionários civis do Estado, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei.

Art. 201 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações constantes do orçamento do Ministério Público.

Art. 202 - O dia da sanção desta Lei será considerado o “Dia do Ministério Público do Paraná”.

Art. 203 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 204 - Ficam revogadas a Lei nº 5.849, de 25 de setembro de 1968, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Duílio Genari e duas ilegíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Conforme decisão unânime do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, a Emenda Coletiva desta Comissão, ao Projeto de Lei nº 15/96, foi acolhida e encaminhada à decisão do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar)

Apenas para que esta Casa não vote projeto de tamanha importância sem uma rápida consideração da tramitação desse projeto é que venho aqui, na condição

de Relator, para dizer o seguinte: este projeto de nº 15/96, de iniciativa da Procuradoria Geral da Justiça, que cria e estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público é um projeto que está aqui desde a legislatura anterior, que recebeu no término daquela legislatura, parecer da Comissão através do Relator Deputado Trevisan, tendo ele e aquela Comissão oferecido inúmeras sugestões no sentido de melhorar o projeto, de adequá-lo à nossa realidade e que voltando após a primeira discussão, permaneceu, até recentemente, sob os cuidados da Mesa que liberou para a Comissão de Justiça, agora sob a Presidência do Deputado Nelson Justus.

E nós avocamos - na condição de Presidente da Comissão - a relatoria deste projeto em função do tempo que está aqui, da exigüidade do prazo que teríamos para votar neste período legislativo. E, somente agora, praticamente ao encerrar o período legislativo é que foi possível que esta matéria de tamanha importância viesse, aqui, ao Plenário. Devo dizer que somente foi possível que este projeto constasse da Ordem do Dia de hoje, em função dos entendimentos havidos entre a Presidência da Casa, Deputado Caíto Quintana, o 1º Secretário, Deputado Hermas Brandão; 2º Secretário, e os líderes das Bancadas Situação e Oposição, o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, sempre recomendando que votássemos ainda este mês, não deixássemos para o exercício do período próximo, e também sempre deixando muito a vontade este relator e o Presidente da Comissão em relação ao projeto.

Da mesma forma, os líderes das bancadas que procuraram contribuir com suas presenças, sugestões, tornaram então possível, especialmente agora nos últimos dias, no sentido que concluíssemos este projeto, que foi resultado de entendimento das bancadas, nos preocupou muito a questão da despesa do erário, em não se aumentar as despesas com a criação de cargos, aliás, o substitutivo do Deputado Hermas Brandão, que o nosso parecer fundamentou-se nele, naquela peça, então não havia criação de cargos e despesas outras, e também procurando manter esta Casa no melhor relacionamento com os membros do Ministério Público, coisa nossa tradicional, histórica, que vivemos nesta Casa.

Apenas para dizer nesse relato sucinto que vinte e poucos artigos do projeto, com cerca de 200 artigos, foram objetos de pequenas alterações, observações da Comissão de Justiça, já que não tinha muita coisa, repito, porque já anteriormente, o projeto havia recebido do Deputado Trevisan e de Parlamentares, do ex-Presidente Anibal Khury, os cuidados necessários e as observações que entenderam necessárias e oportunas, mas do nosso entendimento o oferecimento deste Substitutivo Geral atende os interesses do Ministério Público e desta Casa. Havia o que demandou, inclusive, algumas reuniões extraordinárias da Comissão de Justiça, foi o fato do estabelecimento dos subsídios do Ministério Público, dos seus membros, o que concluiu-se com entendimento

entre aquela instituição, esta Casa com conhecimento da Liderança do Governo e da Casa Civil.

Outro aspecto, e que foi objeto de discussão agora, recente, foi a apresentação que uma Emenda Coletiva, pelos membros da CCJ, que tinha por objetivo estabelecer alguns limites, que a ação de membros do Ministério Público frente a sua atividade, especialmente quando incorresse em dolo, erro ou má fé.

Da mesma forma, houve entendimento dos Senhores Líderes e membros da Comissão, com participação da Mesa da Casa, que esta Emenda, aquela Emenda fosse encaminhada para a Mesa, e aqui transformada em projeto em separado, independente, no aguardo da votação que o Congresso Nacional deve fazer nos próximos meses, de um projeto que visa atender os objetivos que orientaram a apresentação dessa Emenda.

Agora, ainda no dia 1º de dezembro, a Comissão de Justiça da Câmara Federal aprovou Emenda Substitutiva ao projeto cujo objetivo é grande parte dessa Emenda apresentada, e como repito, que será, segundo entendimento, transformada em projeto em separado. Ademais, Senhor Presidente e senhores membros, estou à disposição para se quiserem discutir artigo por artigo, mas os Senhores Deputados têm conhecimento pelo Substitutivo que fizemos distribuir em seus gabinetes, têm pleno conhecimento, não só do Substitutivo, como também do meu relatório apresentado e aprovado na reunião de hoje da CCJ.

Venho reiterar aqui o meu agradecimento aos senhores membros da Comissão e, particularmente aos Senhores Líderes dos Partidos Políticos: do Governo, da Oposição, da Situação, que é um número maior, evidentemente, e também com a participação dos integrantes da Mesa, que só daí foi possível e viável essa discussão e a votação nesta tarde.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço o encaminhamento na condição de Líder da Bancada do PMDB, inicialmente para cumprimentar o Deputado Basílio Zanusso, pela dedicação com que se ateve a esse projeto, e ao cumprimentá-lo, evidentemente, não posso deixar de cumprimentar a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, que por diversas vezes, em diversas reuniões, se debruçaram na análise do Projeto de Lei nº 15/96. O próprio número demonstra que esse projeto tramita na Casa há mais de 3 anos. E é bom destacar que antes mesmo desta mensagem chegar aqui e ser transformada no Projeto 15/96, eu me lembro que quando ainda Presidente desta Casa, no ano de 1994, por aqui também teve início a tramitação de uma proposta de uma Lei Orgânica do Ministério Público, a exemplo da proposta também da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná. E naquela oportunidade, usando da prática que hoje utilizou o Deputado Caíto Quintana, reunindo os líderes de partidos, naquela

ocasião houve o entendimento com o Ministério Público, para que a proposta fosse retirada e reenviada num período subsequente, já que estávamos em final de um período de governo - Roberto Requião - Mário Pereira, e nós também, evidentemente, no final do nosso período como Presidente da Casa. Foi retirada a proposta pelo próprio Ministério Público e reenviada depois no ano de 1996. E de lá para cá, muitas foram as reuniões, as tentativas para que pudéssemos chegar, eu diria, ao entendimento que chegamos no dia de hoje.

E tenho que, neste momento, enaltecer a condução da decisão sobre este assunto, cumprimentar o Deputado Caíto Quintana. Muitas pessoas de forma mais convincente ou menos convincente afirmavam nos corredores ou mesmo em pequenas notas nos jornais que temiam pela presença de um Deputado da Oposição à frente da Presidência da Casa, entendendo que isso poderia significar o retardamento, poderia significar o emperramento da discussão e votação de projetos polêmicos. Pelo contrário, o Deputado Caíto Quintana, sempre acompanhado dos demais integrantes da Mesa Diretora desta Casa: Deputado Hermas Brandão, o Deputado Augustinho Zucchi, os demais vice-Presidentes, os demais Secretários, têm procurado justamente dar celeridade, agilidade na discussão dessas matérias.

Hoje, pela manhã, na reunião de Lideranças que tivemos com o Presidente Caíto, chegamos a esse denominador comum e devo dizer que fruto desse entendimento com as Lideranças do Governo e da Oposição, das Lideranças de Bancadas, onde se propõe que a Emenda polêmica dos últimos dias seja transformada num projeto a parte para discussão na sequência dos trabalhos desta Casa, permite que possamos, hoje, votar o Substitutivo Geral da lavra do Deputado Basílio Zanusso, dando por finalizada esta discussão e esta votação, instituindo no Paraná a Lei Orgânica do Ministério Público.

Quero dizer que pessoalmente estou convencido da necessidade desta lei e estou também convencido que o Substitutivo do Deputado Basílio Zanusso atende aos interesses deste Poder Legislativo e aos interesses do Ministério Público.

Devo dizer também que ao longo de todo este período de discussão, através do diálogo que sempre mantivemos com o Dr. Élio Levin, com o Dr. Lauri Caetano, com o Dr. Deliberador, com o Dr. De Lazzari, em todas aquelas conversações que tivemos, chegamos à conclusão que poderíamos sim apresentar o nosso voto favorável a esta proposta de Lei Orgânica, porque estas pessoas merecem o nosso crédito, estas pessoas merecem a nossa confiança, a exemplo do Dr. Olímpio, que foi Procurador Geral, a exemplo do Dr. Gilberto, que hoje é Procurador Geral.

Não temos questão fechada sobre este assunto, em nossa bancada, porque não tratamos este assunto de forma a fechar questão de bancada, mas, estando convencido da necessidade da lei, estando ajustado que a emenda se transformará num projeto à parte, para discussão futura, recomendo aos companheiros da Bancada do PMDB que

votemos favoravelmente ao Substitutivo Geral apresentado pelo companheiro Deputado Basílio Zanusso, e que o nosso voto seja Sim ao Projeto nº 15/96.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Apenas, Senhor Presidente, quero cumprimentar o Basílio Zanusso que, sem sombra de dúvida estamos chegando hoje ao ponto de votarmos um projeto de tamanha envergadura e tamanha importância para o Estado do Paraná e chegando numa situação de quase unanimidade dos Deputados votarem favoravelmente a este projeto.

Isto está acontecendo porque tivemos na condução das negociações e nas intermediações entre o Governo, os Senhores Parlamentares e o Ministério Público, a sabedoria e a experiência do Deputado Basílio Zanusso. Quero cumprimentar o Deputado que esteve conosco trabalhando no aperfeiçoamento deste projeto, e eu, como Líder do Governo, sempre tive plena confiança no trabalho do Deputado Basílio Zanusso, porque conhecemos sua história e ele goza, entre os Parlamentares, de um conceito invejável dentro desta Casa.

Então, quero registrar aqui este voto e recomendar à bancada do Governo o voto “sim” a este projeto. Quero também deixar o meu voto de louvor à brilhante atuação do Deputado Basílio Zanusso.

Também quero cumprimentar o Presidente Caíto Quintana, pela forma com que conduziu esta questão, reunindo os líderes democraticamente hoje na hora do almoço, quando chegamos a um consenso porque tínhamos uma emenda que está sendo transformada em projeto à parte para uma futura discussão, o que nos dá a oportunidade de votarmos este projeto que estava há vários anos na Casa. Certamente estamos encerrando o ano de 1999, com a aprovação deste projeto, com chave de ouro, e é importante, Senhor Presidente, que Vossa Excelência, com a sabedoria e experiência que tem, que após aproveitamos este projeto, telefone ao Dr. Giacóia e lhe diga que esta atitude da Assembléia é uma demonstração de que respeitamos o Ministério Público, mas também pedimos a todos os componentes do Ministério Público o mesmo respeito aos Deputados desta Casa.

É importante que se ressalte isso, porque, com toda a sabedoria e experiência do Deputado Basílio Zanusso no aperfeiçoamento deste projeto, sabemos aqui que muitos Parlamentares não tinham boa vontade em votar este projeto, devido a atitudes de promotores que às vezes não respeitam os Parlamentares nas suas bases. Queremos pelo menos o respeito dos promotores.

Então, Sr. Presidente, a Bancada do Governo está recomendando o voto sim, mas deixo esta ressalva porque tenho certeza que é a posição de vários Parlamentares.

Esta demonstração de respeito, neste momento, ao encerrar o ano de 99, também pedimos com esta demonstração o mesmo respeito dos Promotores deste Estado.

O SR. EDGAR BUENO (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos hoje uma reunião muito importante aonde chegamos num consenso e dizia que mais importante que este almoço era entendimento dos Parlamentares, as Lideranças de todos os Partidos, Liderança do Governo e da Oposição, para que a Assembléia assumisse realmente esta responsabilidade e que votasse este projeto. Estava há muito tempo sendo discutido, há muito tempo na gaveta da Assembléia Legislativa e a Assembléia seria responsabilizada se não tomasse esta atitude na sessão de hoje de votar este projeto.

Parabéns aos Deputados que recuaram, que fizeram as suas emendas na C.C.J., mas que transformarão em um projeto à parte, porque isto realmente deu a oportunidade que hoje fizéssemos esta negociação para votar o projeto 015 na sessão de hoje.

Deixamos todos os Deputados livres para votarem como quiserem, mas assim como fez o Deputado Orlando Pessuti recomendando a Bancada do PMDB, também recomendamos que vote favoravelmente a toda a Bancada de Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de pedir e indicar o voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas dizer que o que foi fundamental para a nossa decisão foi que o Sr. Relator Presidente acatou as nossas sugestões pois íamos apresentar na C.C.J. um voto em separado, arguindo a inconstitucionalidade de vários pontos deste projeto de lei.

No entanto o bom senso do Sr. Presidente da C.C.J. fez com que este projeto viesse a ser apresentado neste Plenário, neste momento, com as correções devidas e com a exclusão daqueles pontos que estabeleciam a ilegalidade e a inconstitucionalidade do projeto de lei.

Portanto, diante disto e diante, principalmente do Sr. Relator ter excluído o parágrafo segundo do art. 58 do Substitutivo Geral é que recomendamos o voto favorável da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua o processo de votação.

Há sobre a mesa Requerimento nº 2794 do Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, pedindo preferência da discussão e votação para emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 015/96. de sua autoria, apresentado na C.C.J. e emendas aprovadas na data de hoje. **Aprovado.**

Votaremos, portanto, o Substitutivo Geral da C.C.J., ressalvada a emenda. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da C.C.J. permaneçam como estão. **Aprovado, por unanimidade.**

Há um Requerimento nº 2787, após ouvido o Plenário, que a emenda apresentada na C.C.J. ao Projeto de Lei nº 015/96, subscrita por vários Srs. Deputados, seja transformada em projeto de lei em separado. Em votação o requerimento, acordado na reunião de Líderes.

Deputados que aprovam o requerimento de transformação das emendas em projeto separado, conservem-se como estão. **Aprovado, por unanimidade.**

O projeto irá a terceira votação, em razão da aprovação do Substitutivo Geral aprovado neste instante.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 23/99, que altera a Redação dos Dispositivos da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, imposto sobre a propriedade de veículos automotores, IPVA. EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 606/99

P A R E C E R :

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o 8º.

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto, executado o disposto no § 8º.

...

§ 8º - Asa aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado”.

Alteração 2ª - Os incisos I e III e os §§ 2º e os 3º do art.11 passam a vigorar com a seguinte redação:

I - no mês de fevereiro de 2000, nas datas fixadas em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

...

III - nas hipóteses da alíneas “a”, “b” e “c” do § 1º do art 2º, o IPVA deverá ser pago no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrecadação em leilão, respectivamente.

...

“§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira, no mês de fevereiro e a última no mês de maio, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

§ 3º - Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de

vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

c) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo”.

Alteração 3ª Ficam revogados o inciso II e o § 4º do art. 11.

Art. 2º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício do ano 2000, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca (voto contrário), Cesar Seleme, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi (voto contrário), Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS APRESENTADAS
PROJETO DE LEI N 606/99

P A R E C E R :

Ao Projeto de Lei nº 606/99, (Mensagem Governamental nº 023/99), que altera a Lei Orgânica do IPVA, Lei nº 11.280/95 foram apresentadas 08 (oito) emendas em Plenário, ora submetidos à apreciação desta Comissão.

Analisadas as proposições à luz das Constituições Federal e Estadual, do Código Tributário Nacional, demais legislação infraconstitucional e do Regimento Interno desta Casa, conclui-se que a emenda nº 4 é incompatível com os prazo estabelecidos para o licenciamento de veículos na Resolução 95, de 14 de julho de 1999 do COTRAN e com o disposto no art. 131, § 2º do Código de Trânsito Nacional (Lei nº 9.503/97) e artigo 10 da Resolução 664/86, CONTRAN.

A legislação referida determina que o último mês para a renovação do licenciamento de veículos é novembro, e que o veículo somente será considerado licenciado após o pagamento do tributo devido, além dos encargos e das multas a ele vinculados.

Portanto, o Parecer desta Comissão é contrário a emenda de nº 4, por sua inconstitucionalidade.

Não obstante, as demais emendas não apresentarem qualquer restrição de natureza constitucional, legal ou regimental, esta Comissão de

Constituição e Justiça apresenta substitutivo geral do projeto de lei.

O substitutivo, é representativo de um aperfeiçoamento em relação ao projeto original e às emendas apresentadas em plenário, na medida que estimula eficientemente o pagamento antecipado do imposto com desconto atrativo para o contribuinte, que, se impossibilitado de fazê-lo, poderá ainda optar pelo pagamento do tributo em 04 (quatro) parcelas, de fevereiro a maio. Incluí também o substitutivo, um desconto de 5% (cinco por cento) para pagamento em até 30 dias contados da data da aquisição do veículo novo, da importação ou do arremate em leilão de veículo, conforme redação proposta para inclusão da alínea “c” ao § 3º, do art. 11 da lei.

Isto posto, o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Cezar Silvestri, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca (voto contrário), Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI N 606/99

P A R E C E R :

Emenda aditiva: acrescenta-se ao Projeto de Lei 606/99, um novo artigo com a seguinte redação:

Art. - Trinta por cento (30%) dos valores pagos em pedágio nas estradas do Estado do Paraná, poderá ser deduzido no pagamento do IPVA, mediante apresentação de comprovante de pagamento do pedágio.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) HERMES FONSECA
PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se compensar os contribuintes paranaenses que pagam pedágio para utilizar as estradas do Estado.

O IPVA, como se sabe, é um tributo cuja finalidade principal é a conservação da malha rodoviária do Estado. Desta forma, há que se compensar os contribuintes que pagam pedágio, uma vez que estão pagando duas vezes para receber um mesmo serviço.

Trata-se pois, de uma medida necessária que visa fazer justiça ao contribuinte.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N 606/99

P A R E C E R :

Conforme decisão unânime do plenário da Comissão de Constituição e Justiça, a emenda do Sr. Deputado Orlando Pessuti, ao Projeto de Lei nº 606/99 foi acolhida e encaminhada à decisão do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA MODIFICADA
PROJETO DE LEI Nº 606/99

O inciso I do Art. 11 da alteração 2ª do Projeto de Lei nº 606/99, passa a ter a seguinte redação:

“I - em relação a veículos cadastrados no DET-RAN:

- a) até o mês de maio - veículos de placa final 1 e 2;
- b) até o mês de julho - veículos de placa final 3 e 4;
- c) até o mês de agosto - veículos de placa final 5 e 6;
- d) até o mês de setembro - veículos de placa final 7 e 8;
- e) até o mês de novembro - veículos de placa final 9 e 0.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(aa) HERMES FONSECA
ORLANDO PESSUTI
ADEMIR BIER
WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa adequar o calendário do IPVA a resolução 95, 14 de julho de 1999 do CONTRAN.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 606/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

“Requerimento.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 606/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) Deputado Valdir Rossoni
Líder do Governo”.

Com isso, ressalva-se a emenda da CCJ, vota-se as emendas de Plenário em bloco.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Gostaria que a Mesa esclarecesse ao Plenário a respeito de três requerimentos que apresentamos pedindo votação em destaque para as emendas de Plenário e também para a emenda de nossa autoria e outros Parlamentares junto à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Orlando Pessuti, estamos encaminhando a votação, o pedido de votação em bloco das emendas de Plenário. Aprovado o requerimento, iremos aprovar os pedidos de votação, de preferência de votação de emendas que forem solicitadas, as que forem discutidas com preferência serão votadas, as demais serão votadas em bloco.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Permaneço, Senhor Presidente, com mais um esclarecimento ao Plenário. O Deputado Valdir Rossoni pede para serem votadas em bloco as emendas de Plenário. Pelas anotações que temos, também a emenda considerada como Substitutivo Geral está autuada com o nº 07, como a emenda de Plenário. Gostaríamos que fosse esclarecido a esse Plenário se votarmos favoravelmente ao bloco das emendas, incluída a emenda nº 07, se estaremos aprovando então a emenda nº 7 e as demais.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, salvo o engano de interpretação, entramos com requerimento pedindo que fossem votadas todas as emendas apresentadas ao projeto para votarmos em bloco as emendas, para depois votarmos o substitutivo apresentado na CCJ. Eu não especifiquei nem Plenário e nem da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Valdir Rossoni, esta Presidência está colocando em votação o requerimento de Vossa Excelência, ressaltando a emenda da CCJ. No entanto, há sobre a mesa também requerimentos assinados pelo Deputado Orlando Pessuti e diversos Senhores Deputados, requerendo destaque de votação das emendas, por exemplo, nº 04, para as emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06 e 08 e requer destaque de discussão e votação para a emenda do Deputado Orlando Pessuti e outras acolhidas pela Comissão de Constituição e Justiça, enviado a este Plenário como anexo do Projeto de Lei nº 606/99, IPVA, conforme especifica.

Esta Presidência vai submeter a votação de Plenário os requerimentos que têm sobre a mesa. Senhores Deputados, requerimento do Deputado Valdir Rossoni.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Trinta e três Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Onze Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

Está aprovado.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, quero fazer um registro da votação contrária da Bancada das Oposições, começando pelo Deputado Orlando Pessuti e Deputados Edgar Bueno, Nereu Moura, Bier, Luiz Carlos Zuk, Strapasson, Annibelli, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e Péricles Mello, incluindo também o Deputado José Maria. Também gostaria que Vossa Excelência remetesse, a pedido do Deputado Hermes, a Ata da sessão, para que a Oposição possa distribuir isso a toda a imprensa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente anotado.

Senhores Deputados, esta Mesa vai proceder agora a votação dos requerimentos de destaque, que se encontram sobre a Mesa: Deputado Orlando Pessuti e diversos Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para Encaminhar, Senhor Presidente, os requerimentos?

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, devo dizer que permaneço com a dúvida que levantei no encaminhamento da votação do requerimento do Deputado Valdir Rossoni. Até peço aos nossos companheiros da Oposição, que analisem e pensem a respeito, porque talvez tenhamos de adotar um procedimento diferente na hora da votação. O requerimento que foi aprovado pela Mesa pede que sejam votadas, em bloco, as emendas apresentadas.

Segundo me consta, as emendas apresentadas são: a emenda de nº 01, de Plenário, que diz, Emenda das Oposições: “os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto apurado resultar em montante inferior a 85, terão como carga tributária esse valor”. A Emenda nº 02, de Plenário, estabelece: “de desconto para pagamento no mês devido no vencimento, em função do final da placa”. A Emenda nº 03: “no caso do pagamento do imposto em parcela única, até 29 de fevereiro do ano 2000, será concedido a redução de 20%”. A Emenda nº 04: “estabelece o calendário de

março a dezembro, para pagamento do imposto em parcelamento”. A emenda nº 05 fala de: “multas a serem atribuídas em caso de atraso de pagamento do 1º ao 10º dia, do 11º ao 20º, do 21º ao 30º dia”. A Emenda nº 06 também fala que: “nas hipóteses - alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do § 1º, do art. 2º - o IPVA deverá ser pago num prazo de 60 dias da data da aquisição ou do desembaraço aduaneiro ou da (?) ilegal”. A Emenda nº 07, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 606, nº 07, de Plenário, é o que estamos entendendo ser o Substitutivo Geral. A Emenda nº 08, do Deputado Nelson Garcia e outros, estabelece que: “o imposto pago pelos veículos de locadoras serão também de 2,5”, diferente do que é hoje de 1% e evidentemente, exclui o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, a emenda de nossa autoria e de outros Deputados, que estabelece um calendário diferente àquele da Emenda nº 04, este atendendo ao disposto na Resolução nº 95, de 14 de julho de 99.

Então, a indagação que fazemos à Mesa é a seguinte: vamos votar em bloco. O Plenário, através da decisão dos Deputados da Bancada do Governo, decidiram que vamos votar em bloco. Vamos votar em bloco quais emendas? As Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, todas serão aprovadas, porque a Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, ela é a Emenda nº 07, de Plenário, e ela está no conjunto das oito emendas que o Plenário aprovou para serem votadas em bloco.

Então, o questionamento que permaneço fazendo à Mesa é de como se processará esta votação. Porque afinal de contas, se aprovarmos em bloco, numa única votação, a Emenda nº 07, estaremos aprovando as nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e também a nº 08. Evidentemente que não estaremos apreciando a emenda apresentada à CCJ. Então, esse é o esclarecimento que pretendo ter da Mesa a respeito do encaminhamento que vamos ter, no processo de votação.

E foi por esta razão, Senhor Presidente, que entramos com estes requerimentos, pedindo destaque para as emendas da nossa autoria e de autoria dos Deputados da Bancada de Oposição e também para a emenda que apresentamos na CCJ, junto com outros Senhores Deputados, que foi acolhida pelo Presidente, por aquela Comissão, por deliberação do Plenário daquela Comissão e que não pode ser ela incluída no relatório do nobre relator, porque um problema técnico impediu que a mesma estivesse, no momento da discussão do relatório e tão somente chegasse alguns instantes depois de lido o relatório. Mas foi, pelo Plenário acolhida e encontra-se em condições também de ser apreciada por este Plenário, permitindo que o parcelamento seja aquele estabelecido pelo CONTRAN, através da Resolução nº 95. Ou seja, que o parcelamento se processe de março até novembro, já estabelecendo uma redução, nos prazos de hoje, de pelo menos 3 meses para os proprietários de veículos automotores.

Fazemos este apelo, no sentido que as emendas possam ser analisadas, uma a uma, porque afinal de con-

tas, todas elas foram acolhidas no seu princípio legal e constitucional, não estando, nenhuma delas impedidas de serem analisadas, neste momento em que se discute o mérito! E o mérito de cada uma das emendas, Senhor Presidente, são diferentes, embora todos venham de encontro a preservar a condição do contribuinte de continuar pagando, sem ser ele, mais uma vez penalizado do que já está, pela situação econômica do País. Todas elas, no seu mérito, embora tenha esta condição, o mérito de cada emenda difere uma da outra. Por exemplo: a emenda do Deputado Nelson Garcia é uma emenda que procura estabelecer que os veículos pertencentes à locadoras não tenham mais uma taxa de IPVA privilegiada de 1%, mas pague 2,5%. A outra emenda estabelece que aqueles que pagarem à vista, no mês de fevereiro, terão desconto de 20%, como outrora já tiveram este desconto.

Então, são méritos diferentes, a constitucionalidade, a legalidade é igual para todas, mas o mérito é diferente, e por isso terão - no nosso modo de ver - que ser analisadas uma a uma, cada uma dessas emendas, para que não venhamos a cometer mais injustiças com o contribuinte.

Se aprovada esta proposta do Governo ou mesmo a proposta do Substitutivo, elaborada pelo Deputado Valdir Rossoni, estaremos penalizando, em demasia, o contribuinte, porque sabemos que a sistemática atual, desse ano de 1999, permitiu que os proprietários dos veículos automotores parcelassem inclusive o pagamento do veículo, placa zero no mês de dezembro de 99, janeiro e fevereiro de 2000. O que levará a que muitas pessoas, antes mesmo de pagar o IPVA de 99, já tenham que estar pagando o IPVA do ano 2000.

Outro detalhe, que é sabido por todos nós, meses de dezembro, janeiro e fevereiro, são meses que as finanças das pessoas físicas e jurídicas, das empresas e do cidadão, de modo geral, estão seriamente comprometidas com os encargos que cada um tem, no final do ano, de 13º, com encargos de férias com os encargos do pagamento do alvará da sua empresa. Os profissionais liberais tendo que pagar a sua contribuição profissional. As despesas comumente registradas nessa época em função da escolaridade dos filhos ou das próprias pessoas envolvidas. É uma penalização muito grande concentrarmos a arrecadação do IPVA nos meses de janeiro, fevereiro, coisa que pretende a proposta original do governo e até mesmo o substitutivo, já que permite no substitutivo um desconto de apenas 15% para quem pagar em janeiro e 5% para quem for pagar em fevereiro. Além de não estabelecer um prazo mais alongado de parcelamento, permitindo apenas um parcelamento de quatro meses, ou seja, fevereiro, março, abril e maio.

Por essa razão faço um apelo à sensibilidade dos Deputados, não só da Oposição, mas, especialmente, dos Deputados do Governo, que foram sensíveis há alguns dias atrás quando aqui votamos a Lei dos Recursos Hídricos. E, naquele momento a sensibilidade dos Deputados em relação aos produtores rurais foi suficiente para

impedirmos que se estabelecesse a cobrança da água utilizada na propriedade rural.

Que neste caso do IPVA também sejamos sensíveis, solidários com os contribuintes de forma a permitir a ele que possam pagar o IPVA com um parcelamento mais compatível com a realidade das suas empresas, ou mais compatível com a realidade pessoal de cada um.

Que possamos oferecer a eles essa oportunidade e, para isso não podermos votar favorável a emenda substitutiva. E sim favorável a nossa emenda da CCJ e a emenda de plenário que dá o desconto de 20%.

Este é o apelo que fazemos aos Deputados. É o apelo que fazemos a todos aqueles que certamente têm compromisso com o povo do Paraná e que pretende preservar a condição do contribuinte nessa hora difícil da economia brasileira e paranaense.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, entendemos que aprovado o meu requerimento, os requerimentos de pedido de destaque do Deputado Orlando Pessuti fica prejudicado. Porque estamos pedindo para votar em bloco, porque a nossa emenda faz parte do bloco de emendas que serão votadas. E a minha emenda, que é a preocupação do Deputado Orlando Pessuti, está contemplada no substitutivo apresentado pelo Deputado Durval Amaral.

Então não prejudica a votação, porque a minha emenda estabelece um novo critério, onde houve avanços significativos, está contemplada no substitutivo do Deputado Durval Amaral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Senhores Deputados, para encaminharmos a votação a Mesa gostaria de esclarecer o seguinte.

A Emenda nº 7, Deputado Orlando Pessuti que V. Exa. aventou era exatamente o teor da emenda substitutiva do Projeto de Lei nº 606/99 aprovado pela C.C.J.. Razão pela qual está separada.

Vossa Excelência tem sobre a mesa pedidos de destaque de emendas apresentadas.

Essa Presidência define que, votado o requerimento de votação em bloco das emendas, obviamente, somos obrigados a votar o pedido de destaque feito pelos Parlamentares para apreciação de Plenário. Baseado no artigo 171, peço atenção da Situação e da Oposição.

“Artigo 171: as emendas serão votadas em grupo, conforme tem um parecer favorável entre as quais se considere as da comissão, ou contrário.”

Portanto, emendas com parecer favorável ou contrário poderão ser votadas em bloco. Que é o que está pedindo a Liderança do Governo. Por isso que estamos submetendo.

Também, aí contrariando o que solicita o Líder do Governo. “O Plenário poderá conceder requerimento de

qualquer Deputado e que a votação das emendas se faça destacadamente uma da outra.”

Portanto, submeteremos à apreciação do Plenário requerimentos de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti e demais signatários para o pedido de destaque das emendas que solicitam, eventualmente rejeitado esses pedidos de destaque prevalece o requerimento anteriormente votado de votação em bloco.”

Acho que estamos esclarecidos para podermos votar.

Em votação o Requerimento nº 2791, do Deputado Orlando Pessuti e demais Senhores Parlamentares, constante do expediente, votação da Emenda Projeto de Lei nº 606/99.

Senhores Deputados que aprovam o destaque permanecem como estão, os que são contrários se manifestem.

Está rejeitado o pedido de destaque da Emenda nº 04.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, peço que V. Exa. registre mais uma vez o voto favorável ao destaque, o voto favorável dos Deputados integrantes da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sem dúvida alguma Senhor Deputado.

Requerimento nº 2793, do Deputado Orlando Pessuti e diversos Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando destaque de discussão e votação para as Emendas nº 01, 02, 03, 05, 06, 08 ao Projeto de Lei nº 606/99 do IPVA.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão, os demais se manifestem.

Rejeitado o requerimento do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço mais uma vez que V. Exa. registre o voto favorável aos destaques, os votos da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa pede que seja consignado na Ata a solicitação do Deputado Orlando Pessuti.

Requerimento nº 2792, do Deputado Orlando Pessuti e de diversos Senhores Deputados, requer destaque de discussão e votação para emenda de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros.

É enviada a este Plenário com anexo o Projeto de Lei nº 606/99 conforme especifica.

A Mesa esclarece que na reunião da C.C.J., estive presente por coincidência, uma emenda do Deputado Orlando Pessuti, não havia sido alvo de apreciação, em razão de lapso do relator algo assim. Por unanimidade a Comissão optou em mandar essa emenda para o Plenário,

em consideração do Plenário. É emenda que altera o § 1º, do artigo 11, do Projeto 606/99.

“§ 1º - em relação a veículos cadastrados no DET-RAN: até o mês de maio - veículos placas 1 e 2; até o mês de junho - veículos placas 3 e 4; até o mês de agosto - veículos placas 5 e 6; até o mês de setembro - veículos placas 7 e 8; até o mês de novembro - veículos placas 9 e 0.”

Este é o pedido de destaque que estamos votando agora. Os Senhores Deputados que aprovam o destaque desta Emenda permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.

Rejeitado o pedido de destaque.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Mais uma vez em atenção a determinação do nosso Líder Edgar Bueno e dos demais, peço que se registre o voto favorável ao destaque em especial a esta Emenda. Porque ela conduziria o parcelamento dentro daquilo que estabelece a Resolução do CONTRAN e cuja Emenda foi fartamente anunciada nos jornais desta semana, que receberia parecer favorável da Comissão, do Relator, mas infelizmente por problemas técnicos, como V. Exa. já anunciou a Emenda não pode ser apreciada.

Havíamos pedido o destaque para que ela pudesse ser aprovada já que ela não fere nenhum princípio legal nem inconstitucional e atende, evidentemente aos anseios dos proprietários dos veículos do Paraná.

Então registre o voto favorável ao destaque a Emenda da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Registrar o voto solicitado pelo Deputado Orlando Pessuti, que conste em Ata o voto favorável da Bancada da Oposição.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer, para que não paire nenhuma dúvida. Esse projeto e as emendas, do IPVA, estavam sob a minha responsabilidade para a elaboração do parecer. Tendo em vista, que o avião que me dirigia hoje para Curitiba, sofreu uma pequena pane, não pude chegar no horário da reunião da C.C.J., tive a cautela e o cuidado de ligar para o Presidente da C.C.J. pedindo para que mandasse pegar no meu gabinete, todas as emendas apresentadas que já estavam com o parecer elaborado desde a semana passada, quando haveria discussão na C.C.J..

Na verdade, a emenda apresentada pelo Deputado Orlando Pessuti, e Basílio e por mim em comum acordo, é uma emenda intempestiva, mas mesmo assim, entendemos pela sua constitucionalidade, pela sua legalidade razão pela qual daríamos o nosso parecer favorável à sua constitucionalidade.

Não houve lapso, não houve dúvida nenhuma quanto à apresentação da emenda, não obstante a sua intempestividade.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência registra que a C.C.J. teve esse entendimento. Foi solidária a este projeto, à relatoria, tanto que unanimemente resolveu suprir essa lacuna aqui no Plenário.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, apenas para constar de um registro mais explícito que a Bancada da Oposição está votando favorável a este destaque favorável também a que fossem colocadas as emendas em destaque para apreciação deste Plenário, os Deputados Ademir Bier, Nereu Moura, Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Waldyr Pugliesi, Antonio Annibelli, Edson Strapasson, José Maria Ferreira e Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

Atenção Senhores Deputados.

Votaremos o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 606/99, ressalvadas das Emendas.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, queremos manifestar claramente a nossa oposição a esse substitutivo a não aceitação da forma como o governo do Estado e sua Bancada vem tratando a questão do IPVA.

Surpreendentemente, é justamente o governo que institui a privatização de rodovias. A concessão das rodovias paranaenses a grandes grupos de empreiteiras nacionais que já foi objeto de denúncias graves que fizemos, inclusive a tentativa de instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que só teve, infelizmente, 14 assinaturas e portanto, não pôde ser instalada, mas nossas denúncias estão nos Anais desta Casa, denúncias sérias de superfaturamento do preço do pedágio, inclusive do contrato lesivo ao interesse público.

É justamente o governo que estabelece a concessão das rodovias, que diminui despesas por isso que institui uma espécie de imposto direto ao cidadão paranaense, que passa a ter que pagar para se locomover em nossas rodovias, é esse governo que, de forma surpreendente vai mexer na Lei do IPVA prejudicando mais uma vez, o cidadão do nosso Estado.

Recebemos manifestações dos mais diversos segmentos em Ponta Grossa, acredito que os demais Deputados da nossa cidade também receberam e o Deputado Zuk já se manifestou na tribuna desta Casa na tarde de hoje. Recebemos manifestações dos caminhoneiros autônomos. Está aqui, uma da Associação Paranaense do Movimento União-Brasil Caminhoneiro, com quem já conversamos, das transportadoras de todo o Paraná, do Presidente da Federação das Transportadoras, manifestando o seu repúdio claro a

esse projeto e essa é a forma de agir contra o contribuinte desse Estado.

Tentamos de todas as formas, apresentar diversas emendas, não só da Bancada do PT, mas toda a Bancada da Oposição o tratamento que foi dado pela maioria foi nem sequer discutir essas emendas, já que rejeitaram em bloco as emendas, que são emendas diferenciadas. Nós, por exemplo, apresentamos com o Deputado Hermes, com o apoio dos demais Deputados, uma emenda em que o contribuinte podia descontar até 30% do que pagou em pedágio do IPVA e essa emenda não foi nem sequer discutida porque foi triturada pela maioria.

Então, fica o nosso lamento, a nossa tristeza e a nossa contestação forte a essa forma de tratar o contribuinte que vai ser punido num momento de crise nacional e de crise no Paraná, crise forte, recessiva. No momento em que sabemos que a safra começa a ser transportada em março, e que no mês de dezembro há uma punição com os produtores, com as transportadoras que têm dificuldade de pagar seus empregados, não vai ter recursos para esses setores pagarem o IPVA e eles vão ser seriamente prejudicados por esse Governo e queremos deixar nossa contestação a esse fato.

Sabemos que de forma até desesperada o Governo do Estado vem tentando adiantar receitas, o Paraná está endividado. Os números que temos são do próprio Secretário de Governo que veio aqui, na Assembléia, esclarecer essas dívidas. Endividado pela forma equivocada com que foram tratados os recursos públicos e agora quer descontar esses sérios equívocos do governo, os erros que cometeram nas costas do contribuinte que já está sofrendo muito esta crise.

Então, fica aqui, nosso manifesto contrário a este Projeto, nosso lamento e a nossa posição frontal a essa forma de tratar a coisa pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua em votação. Para encaminhar com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Antes de fazer o encaminhamento, gostaria de solicitar à Mesa se daria para a Mesa determinar a leitura do inteiro teor do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Nereu Moura, se V. Exa. insistir a Mesa não se furtará de proceder a leitura. Mas o Substitutivo está publicado nos avulsos distribuídos na sessão Extraordinária de hoje.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para que fique registrado no Anais desta Casa e para que as Taquígrafas também possam acompanhar, a Oposição insiste para que seja lido o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa defere e pede ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 606/99.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê):

**“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 606/99**

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o § 8º:

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º.

...

§ 8º - As aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.”

Alteração 2ª - Os incisos I e III e os §§ 2º e 3º do Art. 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2000, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

...

III - nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “c” do § 1º do art. 2º, o IPVA deverá ser pago no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente.

...

“§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira, no mês de fevereiro e a última no mês de maio, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

§ 3º - Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

c) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo”.

Alteração 3ª - Ficam revogados o inciso II e o § 4º do art. 11.

Art. 2º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995,

a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício do ano 2000, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem)

Só para confirmação, na segunda alteração do § 3º, letra a, qual é o valor expresso do desconto?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No § 3º, letra a, 15% do valor devido para o pagamento até o último dia útil do mês de janeiro.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Porque tenho no meu material 10%.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

10% era do projeto original Sr. Deputado, o substitutivo exatamente altera para 15%, o desconto do pagamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Perfeito Sr. Presidente, obrigado pelo esclarecimento.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Inicialmente quero agradecer V. Exa. por ter atendido nossa solicitação de leitura do inteiro teor da Emenda Substitutiva.

Sr. Presidente, na verdade, estamos aqui hoje analisando este projeto de lei que tem grande significado na vida econômica do Paraná. Já pudemos deixar claro em outras oportunidades a nossa posição, a posição do PMDB em relação a este projeto.

O Deputado Edgar Bueno também já deixou clara a posição de toda a Oposição aqui nesta Assembléia.

Mas, nunca é demais voltarmos a frisar aquilo que o povo do Paraná tem dito por onde passamos.

Sei, Sr. Presidente, que os Deputados que dão apoio ao Governo vão votar esta matéria entristecidos e aborrecidos, porque também são homens de bem e mulheres de bem.

Mas, atendendo uma determinação do Palácio, vem para esta casa, e com certeza vão aprovar este projeto, que na verdade, trata-se de um petardo de consequências funestas para a sociedade paranaense.

É um absurdo o que o Governo do Estado está fazendo. É um absurdo esta carga pesada e as modificações, Deputado Orlando Pessuti, todas as modificações deste IPVA se revestem para prejudicar a população, todas elas, é o aumento, e se não bastasse o aumento, a

eliminação do pagamento, Sr. Presidente, conforme o final da placa do veículo.

Ora, é uma insensibilidade tamanha, que nem o pior inimigo se recusaria a dar ao seu principal desafeto deste projeto de lei. O povo sofre, o povo padece e o que faz o Governo Jaime Lerner maltrata o povo do Paraná, este mesmo povo que foi às urnas para eleger-lo, para depositar lá na calada da urna, a esperança de que esse Governador pudesse minimizar a situação. E o que faz o Governador? Aumenta imposto, dilapida o patrimônio, vende a COPEL, a SANEPAR, tenta criar o imposto da águas para os agricultores, antecipa os royalties, o dinheiro dos royalties e agora elimina a possibilidade do contribuinte pagar o IPVA conforme o final de sua placa, como foi prática de todos os Governos nos últimos tempos neste Paraná.

Estou entristecido, Sr. Presidente, de como Deputado nada pode fazer, porque a democracia é o imperativo da maioria. Mas, quero que as minhas palavras, que aqui dentro deste Plenário digo, possam ficar aí registradas nos anais da história, que essa Assembléia Legislativa, a Casa do Povo, a Casa da população, na verdade, hoje, com certeza e estou antevendo a votação, porque já na votação dos destaques aqui não pudemos votar separadamente, vai votar um projeto que não atende os interesses da população, pelo contrário, vamos aprovar um projeto que vai sobrecarregar a nossa comunidade agora no apagar das luzes deste milênio.

Falo, Sr. Presidente, em nome do PMDB, falo que não deveríamos estar cometendo essa injustiça de aprovar uma lei que em nenhum parágrafo, em nenhum artigo beneficia a nossa população, prejudica, altera para pior, e, Deputados, aqui, nesta Assembléia vamos votar isso, vamos fazer lei para prejudicar a nossa população. O presente que damos para a nossa comunidade, um presente de grego, um presente que nenhum gostaria de receber. E ouvimos, andando pelas ruas, ouvimos a população e a população se manifesta, a população grita e não escutam os gritos que vem das ruas.

Por isso, quero que fique esclarecido e registrado a nossa posição contrária a este projeto. Vamos votar contra, porque ele não atende nenhum dos seus aspectos os interesses do povo do Paraná, Sr. Presidente Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua em votação o substitutiva ao Projeto de Lei 606/99.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

Já falamos na tribuna desta Casa da preocupação, não só com aquele proprietário de veículo, como somos e como a maioria do Paraná o é, falávamos da preocupação daquele pequeno, médio e o grande comerciante revendedor de automóveis. Falávamos da tribuna da Casa

daquele pequeno, médio e grande transportador deste país, o dono de uma frota de caminhões, seja ela mínima ou a maior do Estado. Falamos que aquele comerciante não teria e não tem o capital para o emplacamento em 4 meses do seu estoque, seja ele de 2, 3, 10 ou de mais veículos.

Falamos que os transportadores tiveram onerado o alto custo do pneu, o aumento do óleo diesel, e principalmente o achatamento do frete, não tendo o capital para fazer o emplacamento das suas frotas. Como já sabemos de antemão o resultado dessa votação, devolvo à Bancada de situação a responsabilidade de achar um meio pelo qual o Banco do Estado do Paraná ampare para não fechar até revendas grandes de automóveis, que neste final de ano terão os seus estoques aumentados e terão a obrigatoriedade do emplacamento do Ano 2000, de que os transportadores deste corredor do Paraná, do maior estado produtor de grãos, não terão o dinheiro os senhores transportadores e os donos de transportadoras para emplacar os seus caminhões nesse espaço de tempo, muito pequeno.

Mas, quero também dizer aos Srs. Deputados que quando do aumento do pedágio, quando a classe caminhoneira que move o Brasil, parou Minas, parou São Paulo, parou o Paraná, o Governo mentiroso da República até hoje não cumpriu com aquilo que foi estipulado numa reunião com os presidentes de sindicatos da federação e o presidente da associação do Brasil.

Acho que nada mais resta. Como nos dizia um amigo Deputado da Situação, com este Projeto do IPVA vamos comer borracha e temos que dizer quem paga, vamos mastigar e não engolir! Tem muito Deputado da Situação que está com vergonha de votar! Votar contra sua consciência, votar contra seus amigos, votar contra sua base, votar por um pedido do Governo do Estado do Paraná.

O próprio Líder do Governo queria um prazo maior, mas teve a determinação de cima parecendo que lá, do outro lado desta rua existe alguém que tem poder sobrenatural de determinar uma coisa mesmo contra a consciência dos Deputados. Ele é obrigado a votar por compromissos, seja ele de cargo eletivo, de cargo nomeado ou de alguma vantagem que realmente todos conhecemos.

Quero dizer, Srs. Deputados, que somos livres, que podemos votar dentro daquilo que a população pode, aqui estamos votando com a população do Paraná mesmo sabendo que vamos ser derrotados, queria pedir ao ilustre Líder e a Bancada governista que vão arrumar numerários para o pequeno, médio e grande comerciante de automóvel, vão achar um meio pelo qual o transportador possa pagar a sua frota e emplacar seus caminhões, mas tenha a certeza que este registro, neste dia, será memorizado pelo Estado do Paraná aqueles que realmente não precisam engolir borracha e dizer quem paga.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, não farei um pronunciamento de convencimento e nem um encaminhamento porque vejo que isto se faz desnecessário. Mas, quero deixar registrado o meu posicionamento que tenho certeza que é corroborado por mais outros 13 Parlamentares desta Casa.

Não tenha dúvidas que nenhum de nós negaria ao Governo um projeto em que ele pedisse o sacrifício da sociedade se víssemos, por outro lado, que o Governo está empenhado em efetivamente contrair os seus gastos públicos.

Se efetivamente tivesse, o Governo, preocupado em reduzir o custeio da máquina pública, se tivesse ele a preocupação em cortar na carne os excessos que hoje tem o Governo, com certeza esta Casa votaria por unanimidade para dar apoio ao Governo numa ação que seria legítima.

Mas, votar um projeto de lei de final de ano, dando ao povo do Paraná um presente de grego é extremamente dolorido à consciência daquele que tem.

Não vejo legitimidade no projeto que o governo encaminha a esta Casa, porque se legítimo fosse, teríamos condições de estabelecer o debate e estabelecer francamente, de forma transparente aquilo que estávamos defendendo.

Por isso quero deixar aqui, Sr. Presidente, o registro da minha indignação que é a indignação do povo do Paraná, quando vê o Governo, através do seu braço longo, pondo a mão no bolso do contribuinte e nada fazendo para que possa ter reduzido. Estamos ampliando o desembolso daqueles que têm veículos e das empresas que dependem dos veículos para o seu próprio faturamento, em função de uma necessidade do Governo e não de um projeto de Governo.

Por isso, é lamentável que esta Casa, neste final de Sessão Legislativa, tenha que votar este projeto da forma mais acanhada possível e contra o cidadão do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, os amigos aqui me pediram, se Vossa Excelência permitir que eu encaminhe rapidamente, e vou também fazer um pedido a Vossa Excelência que me encaminhe a cópia desta Ata para que possamos encaminhar, os Deputados que encaminharem a seus Governadores, porque o discurso daqui não é o mesmo de lá. O Governador do Estado de São Paulo, que é do PSDB, ele há três anos já cobra o IPVA no mês de janeiro. Mesma coisa acontece com o Garotinho no Rio de Janeiro e a mesma coisa acontece com o Itamar Franco de Minas Gerais.

É só uma lembrança, para dar uma demonstração de que o que estamos votando aqui não é nenhuma novidade para os partidos políticos presentes aqui nesta Casa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria de dizer, Senhor Presidente, que sou Deputado do Paraná e não de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul ou de quem quer que seja. Estou defendendo os interesses do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sobre a Emenda Substitutiva que estamos votando, há Requerimento nº 2795 dos Senhores Orlando Pessuti e Edgar Bueno, requerendo votação nominal do referido projeto. A Mesa informa que o requerimento terá que ser votado em Plenário, segundo o Regimento Interno, e coloca em votação o requerimento solicitando votação nominal.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão e os contrários se manifestem.

Rejeitado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que determine o registro na Ata dos trabalhos de hoje, que a Oposição votou favoravelmente ao requerimento de votação nominal deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

Emenda Substitutiva ao projeto. Vote-se a Emenda Substitutiva, ressaltando as emendas.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão e os contrários se manifestem.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Proceder-se-á a verificação de votação.

Deputados que aprovam o Substitutivo da CCJ, queiram levantar-se.

(Pausa)

Trinta e um Senhores Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Atendendo a solicitação dos companheiros, eu registro o voto contrário ao Substitutivo, dos Deputados Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Nereu Moura, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e Péricles Mello.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa solicita que seja consignado nos Anais da Casa.

Aprovado o Substitutivo, votaremos, a seguir, conforme deliberado pelo Plenário, as emendas em bloco.

Deputados que aprovam as emendas, permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Rejeitadas as Emendas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, peço que Vossa Excelência determine o registro favorável às emendas - que certamente viriam de encontro aos anseios dos contribuintes, dos proprietários de veículos automotores - as emendas, evidentemente, de n°s 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 08 e a emenda que apresentamos na CCJ. Peço que mais uma vez Vossa Excelência registre o voto favorável às emendas dos Deputados Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Nereu Moura, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Strapasson, Annibelli, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Hermes da Fonseca, Péricles Mello e Ângelo Vanhoni, favoráveis à justiça na cobrança do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

A Mesa informa que o projeto vai para 3ª votação, com resultado da sessão de hoje.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 171/99, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Quielse Crisóstomo da Silva. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 387/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a destinar a sala própria, nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia ou Nosocômio, para os advogados comunicarem-se com seus clientes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 387/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado do Poder Executivo a destinar sala própria nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia e Nosocômios, para os advogados comunicarem-se, sigilosamente, com seus clientes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.99.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 226/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a

contratação de artistas paranaenses por órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. COM EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 226/99.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 610/99, de autoria dos Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Pirai do Sul, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 633/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera, parcialmente, a Lei n° 7567/82, que criou Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, as leis que a alterou e adota outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 13/99, de autoria da Comissão Executiva, que prorroga a autorização dada pelo Decreto Legislativo n° 15/99, para o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País com destino aos Estados Unidos da América. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 13/99

Art. 1º - Fica prorrogada, até o dia 18 do corrente mês, a autorização dada pelo Decreto Legislativo n° 15/99, de 1º de dezembro de 1999, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.12.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento n° 2786, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, conforme também entendimento com Vossa Excelência, com o Líder do Governo, da Oposição e demais lideranças, solicito a Vossa Excelência que determine à assessoria a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de amanhã, da Proposição nº 43/96, veto aposto ao projeto de nossa autoria, que procura permitir a OCEPAR ser considerada como entidade oficial de pesquisa. É um entendimento que fizemos com o Líder do Governo, para que possamos dar à OCEPAR e ao Governo, essa condição de se utilizar do potencial técnico e científico da OCEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado, a Mesa determina que seja procedida uma sessão amanhã para apreciação do veto requerido por Vossa Excelência.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Só queria registrar a presença entre nós do amigo André Felisberto, Presidente da União Brasil Caminho-neiros, que está aqui na tribuna de honra desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

A Mesa consulta as Lideranças Partidárias sobre a possibilidade de fazermos a Sessão Extraordinária logo a seguir a essa. Aprovado pelas lideranças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 419 e 429/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/99.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 049ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

13 DE DEZEMBRO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Ademar Traiano.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moisés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Pela Ordem, Senhor Presidente?

(Assentimento)

Senhor Presidente, nós tínhamos pedido que constasse na Ata, o voto contrário dos Senhor Deputados que votaram contra o IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Annibelli tenha certeza V. Exa., que constará na Ata o nome dos Deputados de oposição.

SR. 1º SECRETÁRIO (Ademar Traiano)

Foi lido apenas um resultado da Ata, Deputado Antonio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação a Ata que acaba de ser lida, com a ressalva feita pelo Deputado Antonio Annibelli, de constar nela o nome dos Deputados de oposição, que votaram contrário ao Projeto de IPVA.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada a Ata.**

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a - ADEFIMAR - Associação dos Deficientes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondo. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 429/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que altera a Lei nº 12.606/99, CIRETRAN de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/99, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. COM PARECER DA C.O..

PROJETO DE LEI Nº 501/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Plurianual para o período de 2.000 a 2.003, conforme anexos I, II e III integrantes desta lei, elaborado em consonância com as determinações constitucionais, contendo as diretrizes e prioridades para o quadriênio.

Art. 2º - O Plano Plurianual poderá ser revisto mediante projeto de lei específico.

Art. 3º - Os procedimentos orçamentários anuais constituem reavaliações automáticas do plano, consoante disposto no artigo 133, § 3º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.000, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 501/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 16/99, dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo para o período de 2000/2003.

Ao projeto de lei foram apresentadas pelos Senhores Parlamentares 19 (dezenove) emendas das quais não puderam ser acatadas por esta relatoria.

As emendas apresentadas pelos Senhores Parlamentares apresentaram na sua maioria incongruências técnicas face às peculiaridades que envolve cada programa, principalmente aqueles vinculados a organismos internacionais verificou-se também que a maioria delas de forma geral, estão inseridas no contexto do Plano Plurianual, devendo estas, serem tratadas a nível de Lei Orçamentária Anual.

Ante ao exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) (Assentimento)

Senhor Presidente, rapidamente, podemos conversar com o Deputado Durval Amaral, relator da matéria, até porque fomos autores de algumas emendas apresentadas ao plano plurianual. É evidente, que nesse instante estamos votando a constitucionalidade do plano plurianual, ou sejam, desse Projeto 501/99. Não estamos apreciando, como fizemos na votação do orçamento, um substitutivo da Comissão de Orçamento. O questionamento que faço à Mesa é se na Sessão de amanhã, quando estaremos apreciando em 2ª Discussão o plano plurianual, se teremos condições de destacar essas nossas emendas ou não. Porque entendo que as emendas poderiam ser acatadas pelo nobre relator e elas não o foram. Em função dessa resposta de V. Exa. é que nós, evidentemente, manifestaremos o nosso voto na sequência do plano plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Respondendo a indagação de V. Exa., segundo informação da assessoria da Mesa, no dia de amanhã, V. Exa. poderá destacar as emendas que quiser discutir.

Em votação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 14, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 200/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 634 e 646/99.

Levanta-se a sessão.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 564 e 609/99.